

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMERON
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO
PARA CARREIRA DA MAGISTRATURA**

BEATRIZ SOUZA SILVA

**DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)**

**Porto Velho
2017**

BEATRIZ SOUZA SILVA

**DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de especialista em direito para a carreira da magistratura pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, sob a orientação de professor mestre Jorge Luiz dos Santos Leal e co-orientação da professora Elaine Piacentini Bettanin.

**Porto Velho
2017**

MODELO DE FICHA CATALOGRÁFICA

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA – EMERON

BEATRIZ SOUZA SILVA

**DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)**

Natureza: Monografia para conclusão de curso.

**Objetivo: Obtenção do grau de Especialização em Direito
para a Carreira da Magistratura.**

Banca examinadora:

Prof. Mt. Jorge Luiz dos Santos Leal
Juiz
Avaliador

nome
Prof. Juiz
Avaliador

nome
Prof. Juiz
Avaliador

Porto Velho, ____ de _____ de 2017.

Dedico este trabalho a Deus e a toda
minha família por me ajudar a chegar
aqui.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um longo percurso cheio de momentos desafiadores, os quais enriqueceram a minha vida. Esta experiência só foi possível graças a um número de pessoas às quais eu quero agradecer.

A Deus, ser fundamental em minha vida.

Agradeço a minha tia Edna Cordeiro, pelo incentivo, paciência e apoio dado ao longo de meus estudos.

A todos os professores do curso, que foram essenciais para meu crescimento profissional.

A todas as amigas (os) do curso, em especial, a Laís Ruiz e Hudson pelas caronas dadas no início do curso. Obrigada também pela amizade e colaboração.

Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto na estação própria, e cujas folhas não caem e tudo quanto fizer prosperará (BÍBLIA, Salmos, 1:3).

RESUMO

Para esta pesquisa tomou-se como tema: **Da Fundamentação das decisões judiciais à luz do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15)**, uma vez que, o direito brasileiro passa por significativas mudanças no cotidiano dos operadores dessa ciência. Foram identificadas as inovações do art. 489, §1º do Novo Código de Processo Civil (NCPC), que tratam das hipóteses de nulidade das decisões judiciais quando observada a falta de fundamentação nas pontuações específicas trazidas pela referida norma. Tendo o estudo como objetivo geral: analisar o mencionado artigo e o posicionamento da comunidade jurídica sobre os elementos essenciais das decisões judiciais, os objetivos específicos foram pontuar características das fundamentações de decisões judiciais antes e depois do novo CPC de 2015; destrinchar as hipóteses do artigo 489, §1º do CPC 2015 e identificar os reflexos que estas trarão ao processo. Para tanto, foi levada a efeito uma investigação de abordagem qualitativa, envolvendo dados bibliográficos, como Bueno (2015); Câmara (2015); Oliani (2015); Streck (2015); Schmitz (2015); Marinoni (2015); Medina (2015); Nunes (2015); Theodoro (2011) e também consulta ao novo CPC/2015, Constituição Federal de 1988 e documentos judiciais (decisões judiciais). Considerando o estudo, foi constatado que o Novo Código de Processo Civil não ocasionou grande impacto na recorribilidade dos pronunciamentos judiciais com embasamento no artigo 489, §1º do NCPC, tendo em vista que apenas dois recursos de um total de 48 decisões distribuídas em abril e maio de 2016 e ambas julgadas no mês de maio do referido ano, utilizaram-se do argumento de nulidade do já mencionado artigo, para tentar uma possível reforma das decisões. Os reflexos não causaram grande impacto, pois os magistrados do Estado de Rondônia já adotavam uma postura correta na fundamentação de suas decisões. Levando-se a concluir que os atos decisórios não se encontram permeados pelos vícios elencados no dispositivo legal objeto desta pesquisa, uma vez que caso houvesse nulidades no pronunciamento, qualquer advogado diligente apontaria o “erro” para que seu cliente não fosse prejudicado em seu exercício jurisdicional ou possa ser que os magistrados tenham passado a ter mais cuidado na hora de fundamentar as decisões justamente em observância às novas regras do novo CPC. Isso mostra que o livre convencimento do magistrado, não é um provável fator de risco para possíveis falhas na fundamentação das decisões judiciais, uma vez as decisões judiciais encontram-se bem fundamentadas.

Palavras-Chave: Fundamentação das decisões judiciais. Artigo 489, §1º do CPC 2015. Reflexos das inovações.

SUMMARY

For this research was taken as the theme: **The Grounding of Judicial Decisions in the light of the New Code of Civil Procedure (Law 13.105 / 15)**, since Brazilian law undergoes significant changes in the daily life of the operators of this science. The innovations of art. 489, § 1 of the New Code of Civil Procedure (NCPC), which deals with the null hypothesis of judicial decisions when observed the lack of reasoning in the specific scores brought by said norm. With the study as a general objective: analyzing the aforementioned article and positioning the legal community on the essential elements of judicial decisions, the specific objectives were to characterize the grounds of judicial decisions before and after the new CPC of 2015; To unravel the hypotheses of article 489, § 1 of CPC 2015 and identify the reflexes that these will bring to the process. To do so, a qualitative research was carried out, involving bibliographical data, such as Bueno (2015); Board (2015); Oliani (2015); Streck (2015); Schmitz (2015); Marinoni (2015); Medina (2015); Nunes (2015); Theodoro (2011) and also consultation to the new CPC / 2015, Federal Constitution of 1988 and judicial documents (judicial decisions). Considering the study, it was pointed out that the New Code of Civil Procedure did not have a major impact on the appeal of judicial pronouncements based on article 489, §1 of the NCPC, since only two appeals from a total of 48 decisions distributed in April and May 2016 and both judged in May of that year, the argument of nullity of the aforementioned article was used, in order to attempt a possible reform of the decisions. The reflexos did not cause great impact, since the magistrates of Porto Velho / RO already adopted a correct position in the basis of their decisions. Taking into account that the decision-making acts are not permeated by the vices listed in the legal device that is the subject of this research, since if there were nullities in the pronouncement, any diligent lawyer would point out the "mistake" so that his client would not be prejudiced in his exercise Jurisdiction. This shows that the free will of the magistrate is not a probable risk factor for possible flaws in the reasoning of judicial decisions, once judicial decisions are well founded.

Key words: Rationale of judicial decisions. Article 489, § 1 of the CPC 2015. Reflections on innovations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -	8 - 12
SEÇÃO I - ESTRATÉGIAS METODOLOGICAS DA PESQUISA.....	13 - 14
SEÇÃO II - REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Atos decisórios dos magistrados.....	15 - 17
2.1.1 Atos meramente ordinatórios	17 - 18
2.1.2 Despacho / Despacho de mero expediente.....	18 - 20
2.1.3 Decisão interlocutória.....	20 - 21
2.1.4 Sentença	22
2.1.5 Decisão monocrática	22 - 23
2.1.6 Acórdão	23
2.2 Estruturas formais dos atos decisórios	23 - 24
2.2.1 Estrutura formal dos atos decisórios no CPC de 1973	24 - 29
2.2.2 Estrutura formal dos atos decisórios no CPC de 2015	29 - 36
2.3. Fundamentação - Artigo nº 489, §1º do CPC de 2015	36 - 53
2.4 Reflexos das inovações	53 - 58
SEÇÃO III - DISCUTINDO A PESQUISA DE CAMPO.....	59 - 69
CONCLUSÃO.....	70 - 71
REFERÊNCIAS.....	72 - 75
APÊNDICE: Roteiro para levantamento da pesquisa documental.....	76
Relação de anexos disponíveis em arquivos digitais.....	77

INTRODUÇÃO

Em 18 de março de 2016 entrou em vigor a Lei 13.105/15, a qual disciplina o Novo Código de Processo Civil (NCPC).

Segundo Alexandre Câmara:

[...] a nova legislação processual foi elaborada a partir da firme consciência de que o processo deve ser pensado a partir da Constituição da República. É que impende reconhecer a existência de um *modelo constitucional de direito processual* (e, para o que a este livro mais diretamente interessa, um modelo constitucional de direito processual civil) estabelecido a partir dos princípios constitucionais que estabelecem o modo como o processo civil deve desenvolver-se ¹.

Assim sendo, pode-se dizer que um dos principais objetivos do NCPC foi abranger as diretrizes da Constituição Federal de 1988 em sua totalidade, bem como já se faz indispensável às leis ordinárias e demais observar as diretrizes da carta magna. Isto faz com que as novidades trazidas por este se vinculem a atividade precípua do Estado Democrático de Direito que é atender as necessidades e anseios da sociedade.

Um dos principais fatores que sinalizam nesse sentido é o próprio código em seu artigo primeiro ao expressar que:

O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código².

Esse não é o único dispositivo que aponta para esse fundamento, tendo outros pontos que expressam o entrelaço lançado pelo novo código com a constituição federal de 1988, exemplo disso é o próprio princípio do dever de fundamentar as decisões judiciais e o princípio da razoável duração do processo.

A propósito este último princípio mencionado acima também foi abordado nessa nova lei, pois esta tomou como objetivo, dentre outros, tornar o andamento do processo mais célere. Entretanto, um contraponto que pode causar confronto com tal finalidade é o art. 489, §1º do Código de Processo Civil 2015 (NCPC) (fundamentação e nulidade) versus o princípio do livre convencimento.

1 CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 2.

2 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, Artigo 1º – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

Em que passo pode se dizer prejudicado o livre convencimento do magistrado com advento desse dispositivo legal? Bem expressa Leonard Ziesemer ao dizer que:

Se compreendermos adequadamente o que significa “livre convencimento”, entenderemos que, quanto mais motivada é a decisão, menos “livre” ela é, no sentido de que a discricionariedade fica tolhida pelo próprio dever de fundamentar. Sobre a suposta liberdade de que gozaria o julgador no momento da decisão, é de se concordar com Calmon de Passos: ‘O juiz diz o direito, não um direito que ele constrói livre e discricionariamente, mas direito que se faz norma particular, específica do caso concreto, construída a partir dos enfoques e nos limites oferecidos a ele, magistrado, pelo ordenamento jurídico. Diria, para usar colocação menos técnica e mais estética, que o juiz é um prisioneiro que dispõe de muito espaço para realizar a sua liberdade’³.

Portanto, percebe-se que a liberdade dada ao julgador deve se moldar somente dentro das hipóteses legais que foram postas pelo legislador e o enquadramento desta ao caso prático trazido pelas partes litigantes. Fazendo com que o preceito de livre convencimento se limite na medida em que deve demonstrar a linha de raciocínio usada para chegar a uma conclusão, ou seja, demonstrar as justificativas que formam o seu convencimento.

Assim sendo, pode se dizer que quanto mais críticos forem os fatores que ensejarem uma possível nulidade das decisões judiciais, menos livre fica o julgador, por ter ele que delinear o caminho percorrido para se chegar em determinado posicionamento, e isto se faz explicando minuciosamente os detalhes levados ou não em consideração na hora de decidir.

Exposto isso, esclarecesse que esse trabalho tem como tema a fundamentação das decisões judiciais à luz do Código de Processo Civil de 2015, tendo delimitado as discussões em torno das inovações do art. 489, §1º do mencionado códex, o qual elenca as hipóteses de nulidade das decisões judiciais (decisão interlocutória, sentença e acórdão) quando observada a falta de fundamentação nas pontuações específicas trazidas pela referida norma.

Diante das discussões geradas acerca da temática, surgem inquietações que se propõe aqui trabalhar com o seguinte objetivo geral: analisar o art. 489, §1º do CPC 2015, bem como as discussões da comunidade jurídica sobre os elementos essenciais das decisões judiciais a fim de apurar quando uma decisão pode ser considerada não fundamentada.

³ SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 264 (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos específicos: pontuar características das fundamentações de decisões judiciais antes e depois do novo CPC de 2015; destrinchar o art. 489, §1º do CPC 2015 para esclarecer se suas hipóteses são adequadas para solucionar os problemas mitigados ou se acarretarão apenas complicações aos processos; e por fim, identificar os reflexos das inovações do art. 489, §1º do CPC 2015, no que diz respeito às questões processuais e de mérito das lides.

A escolha do tema envolvendo as inovações do art. 489, §1º do CPC 2015 se deu pelo motivo de ser um dos assuntos mais discutidos no momento, principalmente sobre os efeitos que estas causarão no cotidiano dos operadores do direito.

Medina expõe que:

O grande desafio que se coloca a juízes, advogados, promotores de justiça, professores, estudiosos, enfim, a todos que se ocupam com o sistema de justiça, conduz-se a como operá-lo, a fim de realizar eficazmente os direitos. Nesse contexto, **a metódica de interpretação e aplicação das disposições da nova lei processual passará a ocupar papel de destaque** (grifo nosso) ⁴.

Assim sendo, faz-se necessário preconizar as possíveis interpretações e em que proporção as inovações do mencionado artigo acima afetarão a efetividade do ordenamento jurídico. Além disso, tal estudo ampliará os conhecimentos pessoais e poderá suscitar discussões mais profundas junto à comunidade jurídica.

Com isso, observar-se-á um contraponto sobre até que ponto as inovações são consideradas avanço ou retrocesso para os operadores do Direito (advogados, magistrados, juristas e doutrinadores). Sendo analisado ainda, se essas inovações realmente trarão benefício para o jurisdicionado ou para a celeridade do andamento dos processos.

Ademais, ainda nesse último tópico serão levantadas discussões sobre a liberdade dos magistrados na hora de decidir e a provável morosidade que as inovações gerarão no andamento processual.

Com o fim de obter respostas a esse questionamento, foram levantados dados no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sobre quantos acórdãos foram anulados por falta de fundamentação antes da entrada em vigor do CPC/2015 e a

4 MEDINA, José Miguel Garcia. **Direito processual civil moderno [livro eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p.17, PDF.

quantidade após o início de sua vigência, bem como apresentada uma breve exposição dos motivos que acarretaram essas nulidades.

Além disso, foi feito o levantamento de dados de quantas apelações e incidentes processuais (embargos de declaração e agravos regimentais ou internos) sobre sentenças e acórdãos são julgados procedentes antes e depois da vigência do novo código de processo civil.

Ambos os levantamentos mencionados acima foram feitos com recorte de tempo nos meses de abril e maio de 2015 e abril e maio de 2016, junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia, nas Câmaras Cíveis.

Com isto, serão estudadas as discussões na comunidade jurídica sobre os elementos essenciais das decisões judiciais, de acordo com o ponto de vista de diversas pessoas que atuam na área jurídica (advogados, magistrados, doutrinadores e ministros).

Buscou-se analisar se as inovações possuem meios adequados para a solução dos problemas indicados (falta de fundamentação das decisões judiciais) ou se dificultarão a solução dos processos.

Assim, propomo-nos com este estudo, entender e analisar se as inovações do art. 489, §1º do CPC 2015 sobre as decisões judiciais são proposições adequadas para resolução dos problemas de fundamentação das decisões judiciais. E se esses critérios contribuirão para solucionar de forma efetiva as questões processuais e de mérito das lides.

Embora existam contrariedades quando o tema discutido quanto se uma decisão deve ser ou está suficientemente fundamentada ou completa (questionamentos estes abordados implicitamente no art. 489, §1º do CPC 2015), não se pode olvidar que a objetividade e economia textual em argumentações jurídicas, por vezes, se faz melhor entender a matéria, justamente por se ater ao essencial.

Em que pese o novo código de processo civil delinear tantos meandros para fundamentação das decisões judiciais, não há dúvidas que o objetivo é atender aos pedidos das partes litigantes da melhor forma possível, para que o processo se torne mais eficaz, para atender melhor sua finalidade, trazendo soluções duradouras e justas, além de céleres. Dessa forma evitando por exemplo a propositura de eventuais embargos de declaração, por demonstrar com clareza e maior precisão as motivações apresentadas nas decisões judiciais.

Assim sendo, esclarece-se que essa monografia se encontra estruturada em três seções, são elas:

Seção I - **Estratégias Metodológicas da pesquisa:** descrevendo o objetivo geral e os específicos, a justificativa e os aspectos metodológicos - tipo de pesquisa, abordagem, os procedimentos metodológicos e os instrumentos utilizados para o levantamento de dados.

Seção II - **Referencial Teórico:** apresentando conceitos e reflexões de autores que discutem a temática.

Seção III - **Resultados do Estudo Empírico:** apontando os dados obtidos durante a pesquisa de campo, seguido da análise dos mesmos.

Por último, nas considerações finais, foram analisados os dados coletados, e feitas algumas reflexões sobre a possibilidade de causar morosidade ao processo considerando as diretrizes do art. 489, §1º do CPC 2015.

Concluindo-se que diante do percentual de efetiva recorribilidade dos atos decisórios, a reforma das mesmas pouco se faz necessário, por serem elas apontadas mais em grau de inconformismo do que foi decidido, tentativa de rediscussão da matéria e falta de apresentação de fundamentação nova dos litigantes que permita outro entendimento, do que por estar amparada por algum possível vício apontado no artigo 489, §1º do NCPC.

Tendo como fundamento para tal posicionamento, o fato que de 88 processos e incidentes processuais distribuídos no mês de abril e maio de 2015, destes 70 (79,54%) foram julgados improvidos, por seus fundamentos não comportarem análise diferente da qual foi dada em sentença ou acórdão. Já em relação aos processos e incidentes processuais distribuídos no mês de abril e maio de 2016, de 48 deste, 32 (66,66%) foram improvidos. Sendo que em dois desses improvidos, as decisões mencionaram o dispositivo legal objeto desse estudo (anexo E e F, respectivamente - SDSG).

SEÇÃO I

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Essa pesquisa consistiu em qualitativa, por serem levantadas definições em legislação e elementos essenciais das estruturas das decisões judiciais.

Segundo Laville e Dionne:

A abordagem qualitativa apoia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos. Mas antes de reduzir a uma simples frequência todos aqueles reunidos sob uma mesma rubrica como se fossem equivalentes, o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que aí se expressam, do mesmo modo que nas relações entre as unidades de sentido assim construídas. Seu postulado subjacente é que a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade⁵.

Por este estudo ter como uma de suas finalidades extrair a interpretação essencial das inovações do art. 489, §1º do NCPC, a pesquisa qualitativa se configura como a mais apropriada para o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que, foi elaborado com base em materiais bibliográficos e documentos para levantamento de dados.

A pesquisa documental foi proposta para fazer levantamento de algumas informações contidas em processos judiciais, documentos estes que consistiram em relatórios de processos principal (apelações) e incidentes (embargos de declaração e agravos), todos julgados no mês de maio nas câmaras cíveis, dos processos distribuídos nos meses de abril e maio de 2015 e 2016.

Vale esclarecer que os relatórios são divididos de acordo com o tipo de processo: principal, incidente, pelo exercício do processo: atual (quando for do período de maio de 2015 e 2016) ou anterior (quando abranger processos e incidentes distribuídos antes do exercício mencionado acima).

Além de apresentar o tipo de julgamento: acórdão ou monocrático, bem como o status se foi julgado dentro do período, julgado/julgado dentro do período ou julgado/julgado fora do período em que o relatório foi emitido, conforme pode ser observado ao final de cada relatório na legenda. Exemplo: relatório de processos julgados, período 01/05/2015 à 31/05/2015, página 60, anexo E (SDSG).

⁵ LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.224-5.

Este estudo proporcionou duas reflexões:

- As novas diretrizes do artigo 489, §1º da Lei 13.105/2015 estão sendo cumpridas?
- A implantação do novo código de processo civil esta colaborando nas atividades jurídicas, no que tange em específico ao artigo acima mencionado?

Às hipóteses tiveram base descritiva, pois se limitaram a descrever fatos e ocorrências acerca de decisões colacionadas em processos judiciais, levantando suposições.

No que diz respeito à execução, deu-se de modo observacional, limitando-se à natureza do curso da história, sem qualquer intervenção do pesquisador.

Quanto ao tempo se classificou como transversal por se referir a dois recortes no tempo, espaços temporais em que foram levantados dados estatísticos sobre quantos processos são anulados por falta de fundamentação e por quais motivos, sendo coletada amostra mensal de abril e maio de 2015 e abril e maio de 2016, para que se fizesse a análise comparativa do aumento ou diminuição das nulidades após a vigência do NCPC.

SEÇÃO II

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica sustenta-se nos autores que falam sobre o que são as decisões judiciais e quais são seus elementos essenciais. A partir de um estudo bibliográfico, foram identificados vários autores que tratam dessa temática; assim sendo, diversos conceitos e definições sobre as fundamentações das decisões judiciais foram encontrados.

Os principais autores que subsidiaram essa pesquisa foram: Alvim (2015); Bueno (2015); Câmara (2015); Cramer (2015); Olini (2015); Streck (2015); Schmitz (2015); Marinoni (2015); Medina (2015); Moreira (2004); Nunes (2015); Theodoro (2011) e também consulta ao novo CPC/2015, Constituição Federal de 1988 e documentos judiciais (decisões judiciais), dentre outros.

No decorrer desse referencial teórico serão apresentados os atos decisórios dos magistrados: despachos de mero expediente, atos meramente ordinários, despachos, decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática e acórdão. Além disso, serão indicadas suas respectivas estruturas formais, sendo abordadas, posteriormente, as hipóteses do artigo 489, §1º do CPC 2015 e seus reflexos nas resoluções das lides.

Vale mencionar que os pronunciamentos judiciais podem ser classificados basicamente quanto à natureza do processo (cognição ou execução) ou quanto ao conteúdo (decisório ou não).

Por questões metodológicas e para apresentar como provável linha cronológica sobre a qual a marcha processual pode se desenvolver incluindo o desenrolar dos incidentes que surgirem ao longo da prestação jurisdicional até o deslinde do processo, é os atos decisórios explicados nesse estudo, na seguinte ordem: atos meramente ordinários, despachos / despachos de mero expediente, decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática e acórdão.

2.1 Atos Decisórios dos Magistrados

As decisões judiciais são “produtos/resultados” de pronunciamentos judiciais, os quais se dão por meio de diversas etapas dentro do processo, denominados procedimentos. A estrutura formal de como devem ocorrer, está descrita na

legislação, bem como, por vezes, pode ser dirigida sobre as diretrizes jurisprudenciais e doutrinárias.

É certo que, sempre que provocado ou quando for necessária manifestação de ofício, é imprescindível que o juiz dê seu posicionamento sobre questões processuais ou de mérito, para que os problemas enfrentados pelos litigantes sejam facilmente resolvidos.

É e justamente sobre o poder-dever do juiz de conduzir o processo através das decisões judiciais que será abordado nesse estudo. No tópico abaixo será explanado no que consistem os pronunciamentos judiciais sobre a égide legislativa do NCPC.

O art. 203 do NCPC expressa que os pronunciamentos dos magistrados consistem basicamente em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Entretanto, temos ainda o despacho de mero expediente, ato meramente ordinário, decisão monocrática e acórdão.

Ademais, em seus respectivos parágrafos são explanadas as definições do que o legislador entende por sentença, decisão interlocutória e despachos, fornecendo o que os autores Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer entendem por “interpretação” ao texto de lei:

Não é incomum que a autoridade normativa assuma a tarefa de fixar o significado do texto normativo, fazendo-o de duas maneiras: ou editando “leis interpretativas”, ou editando “definições legislativas”. Aqui o legislador editou definições legislativas, já antecipando o significado que se deve atribuir a cada pronunciamento do juiz e estabelecendo o que é sentença, o que é decisão interlocutória, o que é despacho e o que são atos meramente ordinatórios. Busca-se, com isso, eliminar discussões a respeito da identificação de cada pronunciamento do juiz⁶.

Conforme dizem os doutrinadores acima, esse tipo de conduta do legislador não dá azo a confusões interpretativas proferidas por terceiros que não tenham conhecimento da real intenção do autor da lei. Passando ele mesmo a expor sua própria interpretação.

Esse ato é denominado como interpretação autêntica, a qual é realizada pelo próprio poder que fez o ato, cujo sentido e alcance ela declara⁷.

6 CRAMER, Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 394.

7 RIBEIRO DE ARAÚJO, Isaac Newton. **A interpretação do direito**. No corpo, na alma e no coração, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

Além disso, a identificação correta do pronunciamento judicial possibilita a interposição de recurso adequado contra a decisão proferida. Conforme os já mencionados doutrinadores citados acima expressam:

É relevante identificar o pronunciamento do juiz, a fim de precisar qual o recurso cabível. A importância da definição dos pronunciamentos do juiz relaciona-se, portanto, com o cabimento do recurso adequado. Da sentença cabe apelação (CPC, art. 1.009). De algumas decisões interlocutórias cabe agravo de instrumento (CPC, art. 1.015). As decisões interlocutórias que não são passíveis de agravo de instrumento devem ser impugnadas na apelação pelo vencido ou, nas contrarrazões da apelação, pelo vencedor (CPC, art. 1.009, § 1º). Já os despachos são irrecorríveis (CPC, art. 1.001), não sendo igualmente recorríveis os atos meramente ordinatórios⁸.

Essas definições ainda evitam prejuízo processual às partes litigantes, além de obedecer ao princípio da instrumentalidade das formas, utilizando o instrumento jurídico certo para atingir determinada finalidade buscada para reparar eventual vício que tenha ocorrido no ato processual.

Frisa-se que os atos decisórios são proferidos para dar andamento ao processo, seja para determinar uma providência ou para pôr fim às questões debatidas na fase cognitiva do procedimento comum ou extinguir a execução.

A seguir passa-se a delimitar em que consiste cada pronunciamento judicial.

2.1.1 Atos meramente ordinatórios

O art. 203, §4º do NCPC classifica como atos meramente ordinatórios as providências que devem ser desenvolvida de ofício pelos servidores das varas e revistos pelo juiz quando necessário, apontando como exemplo fazer os autos conclusos ao magistrado para proferir decisão e conceder vista obrigatória.

Scarpinella explica como atos ordinatórios, conforme abordado no artigo citado acima, como aqueles nos quais:

[...] é o servidor que os praticará de ofício, isto é, independentemente de qualquer determinação, cabendo nem poderia ser diferente, sua revisão pelo magistrado quando for necessário. O que distingue tais atos dos despachos é a pessoa que os pratica⁹.

⁸ CRAMER, Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 394.

⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015**. São Paulo: Saraiva, 2015, p.318.

Observe que é um ato que visa dar apenas prosseguimento ao processo, não se fazendo necessário opinar sobre uma questão que é discutida pelas partes, dispensando dessa forma defesa - contra argumentação - de algum dos litigantes.

Contudo, caso ocorra um embaraço no ato processual, este poderá ser revisto pelo magistrado para que o saneie, exemplo: o alvará foi expedido com valor errado e um dos litigantes solicita a correção, assim sendo, o magistrado terá que se manifestar se assiste razão o requerimento pleiteado.

2.1.2 Despacho / Despacho de mero expediente

Segundo Humberto Theodoro Júnior despachos “são as ordens judiciais dispondo sobre o andamento do processo” e conforme expressa Gabriel Rezende Filho, são também conhecidos como “despachos ordinatórios ou de expediente”¹⁰.

Assim sendo, depreende-se que os autores mencionados acima entendem como despachos e despachos de mero expediente o mesmo pronunciamento, não sendo institutos diferentes, mas apenas com denominações diversas. Humberto Theodoro ainda chega a mencionar como exemplos de despachos ordinatórios os seguintes:

o que recebe a contestação, o que abre vista para parte, o que designa data para audiência, o que determina intimação dos peritos e testemunhas etc. [...] devem-se considerar despacho de mero expediente (ou apenas despachos) os que visem unicamente à realização do impulso processual, sem causar nenhum dano ao direito ou interesse das partes¹¹.

Portanto, pode-se dizer que os despachos são ordens da macha processual, os pronunciamentos ditando a forma como o processo vai se desenrolar e percorrer para a resolução da lide, não causando dano as partes. É uma formalidade regulamentando e estabelecendo como deve ser desenvolvido o bom andamento do processo até o fim dele.

Os despachos são atos que podem ser praticados de ofício (exemplo: despacho que determina vistas ao ministério público) ou a requerimento da parte (protocolização de um documento novo) para que o processo seja devidamente

10 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 242.

11 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 242.

conduzido (art. 203, §3º do NCPC). Notem que tais atos não detêm conteúdo decisório, logo, não são capazes de acarretar prejuízo aos litigantes.

Haja vista, este ser apenas um ato que visa dar impulso ao prosseguimento do processo, não cabe recurso em face desses pronunciamentos judiciais (art. 1.001 do NCPC).

Vejamos o entendimento de Marinoni, Arenhart e Mitidiero:

As sentenças e decisões interlocutórias são decisões. Diferem dos despachos justamente porque esses não têm qualquer conteúdo decisório, tendo por função apenas impulsionar o feito (STJ, 4.^a Turma, REsp 195.848/MG, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 20.11.2001, DJ 18.02.2002, p. 448). Os despachos são irrecorríveis (art. 1.001, CPC). Os atos ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário (arts. 93, XIV, CF, e 203, §4.º, CPC). A revisão pelo juiz pode se dar de ofício ou por vontade da parte, por mero requerimento nos autos¹².

Note que o juiz não deve atribuir a tais atos juízo de valor, desse modo, não acarretará prejuízo aos litigantes por não abordar diretamente as matérias pleiteadas em juízo.

Contudo, quando houver uma questão relativa aos atos que aparentam ser simples, mas que podem gerar prejuízo às partes de alguma forma, era admitindo o uso do agravo de instrumento para corrigir o eventual erro e evitar o prejuízo as partes. Digo que tal entendimento era adotado, porque se dava a luz do CPC de 1973, vejamos um julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesse sentido:

Ementa: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO. CONTEÚDO DECISÓRIO. **POSSIBILIDADE DE CAUSAR PREJUÍZO A UMA DAS PARTES. RECORRIBILIDADE.**

1. A distinção entre os despachos e as decisões interlocutórias impugnáveis via agravo de instrumento reside na existência ou não de conteúdo decisório e de gravame à parte.
2. A regra do art. 504 do CPC **não é absoluta**. Deve-se reconhecer a possibilidade de interposição de recurso em face de ato judicial capaz de provocar prejuízos às partes.
3. Recurso especial provido (grifo nosso)¹³.

¹² MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p.250.

¹³ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Processo: REsp 215170 CE 1999/0043981-3**, Órgão julgador: T3 – terceira turma, Relator(a): Ministra Nancy Andrighi, Data de publicação - DJe: 24/11/2010, Julgamento: 16/11/2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/docsntos/417046389/andamento-do-processo-n-0013016-1720168170000-do-dia-22-12-2016-do-djpe?ref=topic_feed>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Notem que a permissibilidade de recorribilidade do ato se dá em razão do despacho ter conteúdo decisório e por ser capaz de gerar prejuízo às partes, o que poderíamos citar como exemplo dessa situação a emenda de inicial para alterar o valor da causa, conforme pode ser observado no julgado abaixo:

Ementa: PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. **EMENDA DA INICIAL. DESPACHO. RECORRIBILIDADE. CONTEÚDO DECISÓRIO.**

1. **Esta Corte possui o entendimento assente no sentido de que o despacho que determina a emenda da inicial é irrecorrível. No entanto, admite-se a interposição de agravo de instrumento previsto no art. 522 do CPC, na hipótese em que o referido despacho possa causar gravame à parte.**

2. Na espécie, o juízo singular determinou a **emenda da inicial para alterar o valor da causa**. Nesse caso, o entendimento da determinação do juízo implicará gravame à parte, porquanto necessária a posterior complementação das custas.

3. Recuso especial provido (grifo nosso)¹⁴.

É possível observar nos julgados acima, que a recorribilidade dos despachos é exceção, tendo em vista que o artigo 504 do CPC de 1973 é claro ao expor que os despachos são irrecorríveis, permitindo a interposição de recurso contra essa espécie de pronunciamento somente quando a decisão causar gravame à parte.

Ocorre que com o advento do novo código prevendo a não preclusão e a taxatividade das hipóteses de interposição de agravo de instrumento prevista no artigo 1.015 do NCPC, essa questão ainda não foi suficientemente esclarecida, inexistindo, até o momento, decisão jurisprudencial que abarque os mesmo posicionamentos adotados nos dois casos citados acima ou entendimento contrário.

Entretanto, vale esclarecer que as situações em que não se enquadrarem nas hipóteses taxativas trazidas pelo novo código no supracitado artigo, poderá ser apresentado em preliminares de apelação ou contrarrazões, não ocorrendo à preclusão da matéria, conforme expressa o artigo 1.009, §1º do NCPC.

2.1.3 Decisão interlocutória

A decisão interlocutória é um pronunciamento judicial, o qual não se enquadra nos atos que põe fim ao processo com fundamento nos artigos 485 e 487, ambos do

¹⁴ BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Processo: REsp 1204850 RS 2010/0139162-2**, Órgão Julgador: T2 – segunda turma, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de publicação - DJe: 08/10/2010, Julgamento: 21/09/2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16797360/recurso-especial-resp-1204850-rs-2010-0139162-2>>. Acesso em 12 mar. 2017.

novo código (art. 203, §2º do NCPC). Tais decisões tem como finalidade somente sanar questões incidentais do processo, que por ventura, possam vir a gerar prejuízo no mérito final da lide, portanto, são corrigidas assim que detectadas para o bom andamento processual e melhor resolução do conflito mitigado.

A doutrina sempre usa a expressão questão incidente. Aquela que não analisa o mérito do processo, mas lhe dá impulso, superando questões, além de poder causar prejuízo a uma das partes.

O artigo 1.015 do NCPC dispõe sobre um rol exemplificativo de matérias sobre as quais podem ser proferidas decisões interlocutórias.

Importa mencionar ainda que o NCPC inovou ao trazer a decisão interlocutória parcial de mérito, sendo este pronunciamento proferido quando observada que uma questão processual ou questão de mérito já se encontra madura para julgamento. Assim sendo este pronunciamento frisa-se é parcial, justamente por não colocar fim a todas as matérias que estão sendo discutida em um dado processo, tão somente a parte do conflito.

As decisões parciais de mérito são o que Marinoni, Arenhart e Mitidiero denominam como quebra do dogma da unidade e unicidade da sentença:

[...] em que há decisão interlocutória definitiva de determinada porção do litígio (por exemplo, julgamento antecipado parcial do mérito, art. 356, CPC) e em que há fim da atividade de conhecimento (por exemplo, julgamento da liquidação da obrigação, art. 1.015, parágrafo único, CPC), que, nada obstante, são consideradas decisões interlocutórias para efeitos legais, notadamente para fins recursais. Das decisões interlocutórias cabe, quando previsto, recurso de agravo de instrumento (art. 1.015, CPC). Inexistindo previsão de agravo de instrumento, há possibilidade de impugnação da decisão em apelação ou em suas contrarrazões (art. 1.009, §1º, CPC) ¹⁵.

Observe que não será posto fim ao processo, apenas resolvida uma parte meritória que estará sujeita ao trânsito em julgado, sendo recorrível por agravo de instrumento. O embasamento de decisão interlocutória de mérito encontra-se discriminada no artigo 203 em seu §2º, no qual explica o que é a decisão interlocutória, no artigo 356 expondo as situações em que cabe o julgamento parcial do mérito e nos artigos 487 e 490 elencando as hipóteses em que ocorre a resolução de mérito.

15 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 250.

2.1.4 Sentença

A sentença consiste em um ato decisório que coloca fim à fase cognitiva do procedimento comum ou extingue a execução, ambos com base nos artigos 485 e 487 do NCPC (art. 203, §1º do NCPC). Assim sendo, é o pronunciamento que o magistrado coloca fim a fase de conhecimento do processo e resolve a lide, ou seja, é o ponto final da primeira fase do processo, a fase de conhecimento, que deverá ser executada posteriormente caso o vencido não a cumpra voluntariamente.

2.1.5 Decisão monocrática

A decisão monocrática consiste em pronunciamento judicial proferido em segundo grau, destarte, incluindo-se o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, pelo relator do processo, o qual procura resolver situação incidental ou de mérito do processo.

Apesar de o processo tramitar perante um órgão colegiado, o desembargador ou ministro, opta por proferir juízo de valor sozinho, não submetendo a matéria incidental ou meritória ao conhecimento dos demais magistrados do colegiado a que pertence.

Dessa decisão cabe agravo interno direcionado ao órgão colegiado, sendo necessário observar o regimento interno do tribunal para o seu regular e legal processamento (art. 1.021 do NCPC).

Segundo Marinoni, Arenhart e Mitidiero:

Com a finalidade de promover a compatibilização horizontal (dentro do mesmo tribunal) e vertical (entre tribunais distintos e superpostos) das decisões judiciais e evitar a apreciação de recursos pelo colegiado que não preencham os requisitos de admissibilidade ou que já se encontrem prejudicados, racionalizando a atividade judiciária, nossa legislação permite decisões monocráticas pelos juízes, desembargadores ou ministros relatores nos tribunais (art. 932, III, IV e V, CPC). Nesses casos, obviamente, os julgamentos dos tribunais não tomam a forma de acórdãos¹⁶.

As decisões monocráticas se classificam em terminativas e não terminativas. Aquela se subdivide em terminativa de mérito (profere o deferimento ou não do

¹⁶ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 250.

provimento de recurso) e extintiva (ocorre quando negado seguimento ao recurso ou ação por falta de requisitos de admissibilidade).

Já as decisões monocráticas não terminativas se enquadram naquelas que não encerram a ação ou incidente, situação que pode ser verificada no deferimento do prosseguimento de recurso, no qual se encontram preenchidos os requisitos de admissibilidade.

2.1.6 Acórdão

O acórdão consiste em julgamento colegiado proferido pelos tribunais (art. 204 do NCPC). Situação na qual é devolvida ao segundo grau toda matéria que foi impugnada da decisão proferida em primeiro grau para verificar se a causa do inconformismo das partes merece provimento e a sentença deve ser reformada ou não. Não se pode deixar de frisar que entram nessa situação os pronunciamentos proferidos no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal respectivamente em 3º (terceiro) e 4º (quarto) grau.

2.2 Estruturas Formais dos Atos Decisórios

Com o fim de fazer com que os pronunciamentos judiciais sejam considerados válidos, se faz necessário que eles sejam proferidos conforme preceituam os dispositivos legais. Assim sendo, os próximos tópicos explanarão sobre elementos essenciais dos atos decisórios.

Entretanto, se faz necessário precipuamente informar algumas características indispensáveis para validade de todos os atos judiciais, decisórios ou não. O art. 205 do NCPC estabelece que os pronunciamentos judiciais devem ser redigidos, conter data e serem assinados pelo magistrado que profere a decisão.

Além disso, quando forem eles proferidos oralmente, deverão de todo modo ser documentados e submetidos à revisão do juiz e assinados, conforme dispõe o art. 205, § 1º, do NCPC.

Ademais, a assinatura dos magistrados pode ser realizada de forma eletrônica (205, § 2º, do NCPC).

Outro ponto indispensável é que os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos devem ser publicados no Diário

de Justiça Eletrônico, conforme dispõe o artigo 205, § 3º, do NCPC. Essas exigências se dão em razão da observância ao devido processo legal, para que seja oportunizado o contraditório e interposição de recurso, evitando que os litigantes sejam prejudicados por “decisões injustas” ou de que não tenham conhecimento.

Vale mencionar que esses requisitos são os mesmos que se encontravam dispostos no artigo 164 do CPC/1973.

2.2.1 Estrutura formal dos atos decisórios no CPC de 1973

Nesse tópico será exposto no que consistiam os pronunciamentos judiciais e quais eram os elementos essenciais deles – estrutura formal, à luz do código de processo civil de 1973.

O artigo 162 do CPC/73 estabelecia como atos decisórios do juiz: as sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

Em que pese o antigo código de processo civil não expresse o que se definiria como despachos de mero expediente, há o entendimento que se enquadraria nos chamados atos meramente ordinatórios, os quais eram praticados de ofício pelo servidor, podendo ser revistos pelo magistrado quando necessário, conforme preceitua o §4º (parágrafo quarto) do artigo 162 do CPC de 1973, no texto incluído pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.

Não podemos deixar de mencionar aqui também a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, no artigo 93, XIV, que passou a permitir a transferência de tarefa do juiz aos servidores nos seguintes termos: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”

¹⁷.

Assim sendo, os servidores, por meio de portaria baixada pelo juiz, onde se delegava ao servidor uma parte das atividades meramente ordinatórias, desempenhavam atividades tais como conceder vistas obrigatórias, realizar juntadas, elaborar certidões, entre outros afazeres.

E no que tange aos simples despachos, se enquadravam nos atos restantes dos magistrados quando a lei não estabelecesse outra forma de pronunciamento,

17 BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, artigo 93, XIV** - Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

podendo ser proferidos de ofício ou a requerimento dos litigantes (art. 162, §3º do CPC de 1973).

Já as decisões interlocutórias eram identificadas como atos por meio do qual os magistrados resolviam questões incidentais (art. 162, §2º do CPC de 1973). De modo que é colocado fim às controvérsias pormenores dentro do processo, não estando estas atreladas diretamente à questão principal da lide, mas sendo indispensável sua resolução para o prosseguimento do feito.

Em que pese o CPC de 1973 não abordasse a figura da decisão interlocutória de mérito, Humberto Theodoro Júnior já suscitava a possibilidade de tal figura quando expressava que:

[...] só ocorre a decisão interlocutória quando a solução da questão incidente não leva ao encerramento do feito. Mesmo que se enfrente alguma questão de mérito, ainda será decisão interlocutória, e não sentença, se o objeto da causa (isto é, o pedido) não for exaurido pelo pronunciamento incidental¹⁸.

Note que a classificação do pronunciamento como decisão interlocutória se deu pelo critério de colocar fim ou não ao processo. Como exemplo dessa situação pode indagar a seguinte situação: como deveria ser classificado o pronunciamento judicial que exclua uma parte do processo? Sentença ou decisão interlocutória?

Nesse ponto bem expõe o Procurador da 5ª Região da República Marcelo Alves Dias de Souza, em seu artigo: novo CPC (IV): sentenças e decisões, ao explicar que:

Sob a égide do CPC de 1973 ("Art. 162, § 1º: "Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei"), não era tarefa fácil enquadrar alguns pronunciamentos como sentença ou decisão interlocutória. **Divergiam tanto a doutrina como os tribunais. Havia quem entendesse, por exemplo, que o pronunciamento que exclui uma das partes do polo passivo da demanda, extinguindo o processo em relação a ela, teria natureza jurídica de sentença terminativa, sendo recorrível via apelação e não por agravo de instrumento. Havia, ainda, quem entendesse ser esse pronunciamento uma sentença, mas, contraditoriamente, afirmasse ser o recurso cabível o agravo de instrumento, uma vez que o recurso de apelação não permitiria a subida por instrumento, mas sim dos próprios autos, o que obstaría o regular prosseguimento do procedimento na parte não atingida pela decisão recorrida (grifo nosso)**¹⁹.

18 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 242.

19 DIAS DE SOUZA, Marcelo Alves. **Novo CPC (IV): sentenças x decisões**. Tribuna do norte, 12 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/novo-cpc-iv-sentena-as-x-decisa-es/310904>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Em que pese tais posicionamentos e o fato de o novo código de processo civil ter aclarado o que ele define como sentença e decisão interlocutória a dúvida ainda persistiria na hipótese levantada, uma vez que pelo artigo 485, inciso VI, do CPC de 2015, estaríamos diante de uma não resolução do mérito quando verificado ausência de legitimidade ou de interesse processual (possíveis motivos para exclusão de um dos polos da demanda).

Digamos que no caso de exclusão passiva de uma das partes, embora essa situação não colocasse fim ao processo conforme expressa o artigo 203, em seu § 1º (parágrafo primeiro) pelo código de 2015 (definição da sentença – critério topográfico e conteudístico), poderíamos ter o prosseguimento do feito por não ter sido solucionado o objeto principal do processo, levando-nos novamente ao que foi apontado pelo procurador na citação exposta acima.

Contudo, o novo código no parágrafo único do artigo 354, traz a seguinte ressalva:

Art. 354. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 485 e 487, incisos II e III, o juiz proferirá sentença.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por agravo de instrumento (grifo nosso)²⁰.

Ora como é possível depreender do dispositivo citado acima, o próprio código de 2015 fala que uma decisão fundamentada no artigo 485 que não solucione toda a demanda é passível de impugnação por agravo de instrumento, **logo se pode concluir que a decisão que exclui uma das partes da lide é interlocutória e não sentença.**

Sobre todos os pronunciamentos mencionados acima, em relação a estrutura formal, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 prevê, em seu artigo 93, inciso IX que:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observando os seguintes princípios:

[...]

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade**, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse

20 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, Artigo 354 – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

público à formação (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (grifo nosso)²¹.

Note que a exigência de motivar e fundamentar todas as decisões encontra-se amparada há muito tempo na Constituição, por isto, que se fala que o novo CPC foi inspirado nas diretrizes constitucionais, prevendo inclusive a possibilidade de nulidade. Tal fato seria uma forma de evitar decisões arbitrárias e a discricionariedade (quando o magistrado leva ao processo convicções pessoais).

Dessa forma, todas as decisões mencionadas no artigo acima, deve-se as entenderes como pronunciamentos que contém juízo de valor, pois decisões se diferem de despachos pela necessidade de ter que ser fundamentadas.

Em apontamento mais específico o art. 165, CPC/1973, expressa que “as sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso”²².

Vale esclarecer que o art. 458 dispõe dos elementos essenciais da sentença, os quais consistem em: relatório, fundamentação e dispositivo. Quanto à fundamentação das demais decisões, compreende-se que poderá ser feita de modo conciso.

Ponto relevante para expor no que diz respeito aos despachos de mero expediente, atos ordinatórios ou simples despachos, é a citação de Theodoro Júnior sobre o posicionamento de Gabriel Rezende Filho, ao explicar que: “despachos são as ordens judiciais dispondo sobre o andamento do processo”, também denominadas “despachos *ordinatórios* ou de *expediente*”²³. Com eles não se decide incidente algum: tão somente se impulsiona o processo.

Vale mencionar ainda, que:

É importante distinguir entre despacho e decisão, porque do primeiro não cabe recurso algum (art. 504), enquanto desta cabe sempre agravo (art. 522).

Para tanto, devem-se considerar despachos de mero expediente (ou apenas despachos) os que visem unicamente à realização do impulso processual, sem causar nenhum dano ao direito ou interesse das partes. “Caso, porém, ultrapassem esse limite e acarretem ônus ou afetem direitos, causando algum dano (máxime se irreparável), deixarão de ser de mero expediente e

21 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

22 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 5.869**, de 11 de janeiro de 1973, artigo 165 – DOU de 17 de janeiro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

23 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 242.

ensinarem recurso”. Configurarão, na realidade, não *despachos*, mas verdadeiras *decisões interlocutórias*²⁴.

Observa-se que para os mencionados autores e Moniz de Aragão, também citado pelo Theodoro Júnior, inexistem diferenças entre despachos de mero expediente, atos ordinatórios ou despachos, tendo eles como finalidade apenas dar prosseguimento ao procedimento legal.

Theodoro Júnior esclarece que devido os mencionados atos acima não necessitarem de juízo de valor pelo magistrado, a Lei nº 8.952, de 13.12.1994, acrescentou ao art. 162 o § 4º no código de 1973 a possibilidade de escrivão ou secretário praticar os despachos de ofício²⁵, vejamos o que dispõe o referido dispositivo: “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, **independem de despacho**, devendo ser praticados **de ofício** pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários (grifo nosso)”²⁶.

Além disso, no artigo 162, § 3º, do CPC de 1973 dispõe dos atos que devem ser praticados pelas secretarias judiciais.

Quanto às sentenças era entendido como “ato do juiz que implicam algumas das situações previstas nos artigos 267 e 269 desta Lei (artigo 162, §1º do CPC/1973)” devendo ser apresentado em seu pronunciamento um relatório do andamento processual, além disso, a fundamentação apresentando justificativa pelo modo que se decide e o dispositivo que é o apontamento legal da forma com a qual se decidiu²⁷.

No que diz respeito às decisões monocráticas, apesar do CPC de 1973 não explicar como deve ser a estrutura formal delas, presume-se que se devem pautar no mínimo pelas diretrizes do artigo 93, IX da Constituição Federal de 1988, o qual determina que toda decisão deve ser fundamentada sob pena de nulidade, pois somente sabendo as razões da decisão que podem as partes terem respaldo para apresentar recurso ou solicitar a correção de eventual erro praticado nos autos.

24 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 242.

25 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 243.

26 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 5.869**, de 11 de janeiro de 1973, artigo 162 o § 4º – DOU de 17 de janeiro de 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L5869.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

27 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 5.869**, de 11 de janeiro de 1973, artigo 162, §1º – DOU de 17 de janeiro de 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L5869.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

Os acórdãos, por sua vez, seriam “o julgamento proferido pelos tribunais”, ou seja, ato praticado em conjunto por vários magistrados - um colegiado, devendo conter em sua estrutura formal os mesmos requisitos previstos para a sentença, a se tratar: relatório, fundamentação e dispositivo, conforme menciona o art. 165 do CPC/73.

2.2.2 Estrutura formal dos atos decisórios no CPC de 2015

Nesse tópico não poderíamos deixar de falar sobre o artigo 11 do NCPC, similar ao conteúdo do art. 93, inciso IX da CF/88, vejamos:

Art.11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas **todas as decisões, sob pena de nulidade**.
Parágrafo único. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público (grifo nosso)²⁸.

Conforme já dito no tópico anterior, o art.11 citado acima expõe que somente as decisões devem ser fundamentadas não englobadas aqui os despachos de mero expediente e demais despachos.

Uma vez que, só é considerada decisão aquela manifestação judicial que soluciona alguma questão pendente, que encerra uma fase do processo, que pode causar algum prejuízo à parte ou às partes, por ter alguma relevância prática no andamento do feito, adiando-o, suprimindo a produção de alguma prova que possa causar dano ao andamento do feito ou prejuízo financeiro.

Quanto aos elementos das decisões interlocutórias, o artigo 11 do NCPC se restringe a exigência de fundamentação, caso não a tenha, poderá o pronunciamento ser considerado nulo. Desse modo, estará o ato dividido apenas em duas partes: fundamentação e decisão.

Contudo, existem situações em que o magistrado poderá resolver parcela do mérito ou extinguir parcialmente o processo, sendo atribuído a esse tipo de pronunciamento o que se denomina de decisão interlocutória parcial de mérito ou decisão parcial de mérito²⁹ (expressão utilizada por Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer), assemelhando-se esta a sentença parcial. Devido a isto, pode ser

28 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 11 – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

29 CRAMER. Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

subentendido necessário que seja adotada a estrutura formal desta, a qual será exposta abaixo.

O art. 489 é claro ao dispor quais são os **elementos essenciais da sentença**: o **relatório**, o qual deve indicar nomes das partes, bem como identificação do caso, além dos pedidos e alegações apontadas em sede de contestação e registro cronológicos das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

Conforme bem explica José Carlos Barbosa Moreira:

O relatório é uma narração e, como tal, deve revestir-se, tanto quanto possível, de caráter objetivo. O juiz não deve dar aí nenhuma pista de como vai decidir, da opinião que formou a respeito das questões. É mister que demonstre discernimento para, de um lado, não omitir dados relevantes e, de outro, não se perder em digressões inúteis³⁰.

Depreende-se que o magistrado nessa parte não pode deixar transparecer o seu posicionamento em relação ao conteúdo jurídico, devendo se mostrar imparcial, apresentando que analisou ambos os lados para tão somente depois, proferir o que entende como correto, justo e de direito.

E isto se dá justamente pelo seguinte ponto chave que Leonard Ziesemer faz menção:

O desenvolvimento da instrução probatória é profundamente relacionado com a maneira com a qual o julgador fundamentará a decisão final do processo. As provas são o meio de acesso aos fatos que delimitam a lide a ser julgada e, como já foi visto, é esse conjunto fático que vai auxiliar (coconstituir) a construção da norma, que é a resposta judicial a um caso concreto³¹.

Tal entendimento acima demonstra mais um motivo para não se permear no tópico do relatório posicionamentos já adotados ou defendidos pelo julgador, uma vez as provas são destinadas a realizar o convencimento do juiz na matéria que está sendo litigada, desempenhando o papel de colher as provas para dentro do processo, realizando posteriormente levantamento dos fatos e prova que o ajudaram na construção da solução da lide.

30 MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 119. NUNES, Dierle; SILVA, Natanael Lud Santos e. **CPC Referenciado – Lei 13.105/2015**. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015. 288p.

31 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais**: a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 249 – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Se o magistrado apontasse no relatório algum posicionamento demonstrando a forma como entende ou que prontamente decidiu outros casos similares, seria o mesmo do que rebater com uma pessoa que já tem um posicionamento formado sobre algum tema. Ficando tal pessoa, por vezes, resistente ou irredutível a entendimento contrário defendido na lide, podendo gerar prejuízo a alguma das partes.

Assim sendo, o magistrado não deve expressar a sua posição no relatório sobre os temas ou provas em discussão, mas apenas retratá-los explicando a sequência de pedido, contestação, produção de provas e argumentação de cada parte.

Posto isto, falemos agora de umas das partes mais essenciais do processo que é a **fundamentação da decisão**, momento em que o magistrado forma o elo entre os fatos ao direito devido ou não. Este elemento facilita a identificação de critérios adotados na decisão, possibilitando a parte vencida uma melhor pontuação em fase recursal, além de facilitar o julgamento pelo órgão “ad quem” em pontos específicos, proporcionando a correção da sentença e consequentemente a preservação do princípio do devido processo legal.

É durante a fundamentação que ocorre a correlação das provas e os argumentos, ou seja, momento em que se faz a valoração dos argumentos, bem como dos fatos trazidos e provados pelas partes, além do posicionamento jurídico adotado. Desse modo, apresentando ambos conjuntamente para dar respaldo às razões de decidir, sendo comum fazer menção a pontos já expostos no relatório, conforme pode se perceber no dia a dia nas sentenças.

Cabe aqui, fazer menção sobre a importância da fundamentação, conforme expressa José Alexandre M. Oliani:

A fundamentação é imprescindível para a estruturação lógica da sentença e tem a importantíssima função de evitar o arbítrio, na medida em que permite identificar as razões de decidir do juiz e, com isso, controlar sua atividade jurisdicional. Ademais, a fundamentação permite o controle difuso da atividade jurisdicional³².

Assim sendo, podemos notar que a fundamentação deve vir revestida de um entendimento estatal, o qual é feito com o amparo das leis, para que decisões não

32 OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 70. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

sejam tomadas em cima de subjetivismos, convicções pessoais ou senso comum. E sobre isto conforme menciona Leonard Ziesemer:

[...] é preciso, nesse ponto, concordar inteiramente com a constatação de Taruffo. As regras de experiências, enquanto categoria de julgamento com base em provas, não passam de estereótipos que variam de acordo com a subjetividade do intérprete³³.

Isso acontece quando a regra do entendimento estatal sobre perspectiva legal não é aplicada, colocando como razões de decidir as convicções subjetivas de quem julga. E isto acarretaria decisões diferentes para situações idênticas.

É necessária uma ferramenta que estabeleça parâmetros para que existam decisões iguais para situações idênticas e não totalmente contrárias conforme declaram constantemente advogados no dia a dia, sendo que esse tipo de situação contraria garantias da constituição que são os princípios da isonomia e da segurança jurídica.

Ponto relevante a ser feito um parêntese dentro desse tópico é que em nome da segurança jurídica e isonomia, o NCPC normatizou o modo como os precedentes devem exercer a eficácia vinculativa.

Câmara bem expõe ao mencionar que:

O modelo constitucional de processo civil brasileiro tem, entre seus princípios integrantes, o da segurança jurídica. Pois não há segurança jurídica sem previsibilidade das decisões judiciais, o que exige uma estabilidade decisória que só se consegue com a construção de um sistema de precedentes judiciais vinculantes que vai muito além da eficácia meramente persuasiva que os precedentes tradicionalmente tiveram no Brasil. Esses precedentes estabelecem uma padronização decisória que impede a formação de uma esquizofrenia jurisprudencial, decorrente da existência de uma miríade de decisões divergentes proferidas em casos iguais. É fundamental, para preservar-se a segurança jurídica e a isonomia, que casos iguais recebam decisões iguais. E isso só se consegue quando os juízes e tribunais respeitam não só as decisões dos tribunais que lhes sejam superiores (eficácia vertical dos precedentes), mas também as suas próprias decisões (eficácia horizontal dos precedentes)³⁴.

Em decorrência disto, o NCPC traz em seus artigos 926, 927, §5º e 988, IV, o dever de observância dos precedentes judiciais, possibilitando mais segurança aos jurisdicionados com a estabilidade jurisprudencial.

33 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 274. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

34 CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 2.

Importa mencionar que o instituto jurídico dos precedentes está diretamente relacionado à fundamentação das decisões judiciais quando menciona no art. 927, §1º do NCPC que: “os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, §1º, quando decidirem com fundamento neste artigo”³⁵.

Desse modo, podemos entender que a refutação de todos os julgados apresentados dentro de um processo só se faz indispensável para justificar as decisões que tratem sobre eficácia normativa, consistindo essas nas hipóteses exemplificativas dos incisos I a V, art. 927 do NCPC, vejamos:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I – as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II – os enunciados de súmula vinculante;

III – os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV – os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V – a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados³⁶.

Portanto, a rejeição ou acolhimento de precedente se dará sobre o conteúdo ligado as hipóteses mencionadas acima, sendo necessária uma análise mais detida nesses assuntos, por ser a decisão proferida aqui indicada como parâmetro para diversos casos no futuro, sendo indispensável um amplo debate para que o entendimento consolidado nos tribunais não acarretem prejuízos a outros litigantes.

Assim sendo, há necessidade de justificar a igualdade de situações jurídicas. Ademais o fato de existir precedente não afastar o dever de analisar as provas e dizer expressamente onde está a similitude de situação entre o modelo (precedente) e o caso concreto.

Destarte, é indispensável esclarecer que a adoção de “processo-modelo” deve ser utilizada apenas para casos idênticos, e não para casos “pseudo-repetitivos”, pois “o juiz deve definir as características essenciais de todos os casos pendentes e selecionar aqueles que possuem particularidades”, isto é o que ensina o professor Hermann-Joseph ao explicar sobre as demandas repetitivas nas

35 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 927, §1º – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

36 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 927, incisos I a V – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

jurisdições administrativa e social em matéria publicada por José Miguel Garcia Medina na Revista Consultor Jurídico³⁷.

Por fim, não menos importante, continuando sobre os elementos da sentença, esta deve conter **o dispositivo** que o juiz se utilizou para resolver as questões PRINCIPAIS, que as partes submeteram ao judiciário (art. 489, III, NCPC).

Ora, o que se poderia entender por questões principais? Seria a necessidade de contrapor cada alegação da inicial ou contestação motivo para classificá-los como QUESTÕES PRINCIPAIS?

Deve-se atentar que a falta de apreciação de algum fundamento relevante permite o cabimento de recurso (embargos de declaração), possibilitando o juiz “a quo” ou “ad quem” fundamentar adequadamente sua decisão confrontada, não parecendo essencial refutar todos os argumentos apresentados pelas partes litigantes.

Ressalva importante faz Arruda Alvim sobre as partes que compõe a sentença, é que:

Não basta a fundamentação, mas, também, que esta guarde coerência com a parte dispositiva da sentença; porque a eventual contradição entre a fundamentação e o dispositivo compromete a validade da sentença³⁸.

Portanto, todos os requisitos formais devem está correlacionados entre si para que não haja nenhuma contradição, ambiguidade ou omissão na decisão.

No que tange as decisões monocráticas, Scarpinella entende que as peculiaridades formais trazidas pelo artigo 489, §1º do NCPC, não devem ser direcionadas somente às sentenças, “mas também decisões interlocutórias, acórdãos e decisões proferidas monocraticamente no âmbito dos Tribunais”. Por entender que: “trata-se da sentença, mas, a bem da verdade, está a se tratar, junto com o Código, de decisões *tout court*”^{39 40}.

37 MEDINA, José Miguel Garcia. “**processo-modelo**” deve ser utilizado apenas para casos idênticos, e não para casos “pseudo-repetitivos”. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://josemiguelmedina.jusbrasil.com.br/artigos/121934182/processo-modelo-deve-ser-utilizado- apenas-para-casos-identicos-e-nao-para-casos-pseudo-repetitivos>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

38 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 283. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

39 Dicionário da Língua Portuguesa 2003 da Porto Editora (autor), editora porto: sem mais; só isto; sem haver nada a acrescentar; simplesmente; somente.

40 BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 595.

Em que pese o caput do artigo 489 do NCPC fale somente sobre quais são os elementos essenciais da sentença, é conveniente que os requisitos desta se estendam a toda e qualquer decisão que tenha influência e relevância nos pedidos do processo que possa causar algum prejuízo às partes. Levando-nos a concluir que as exigências do presente dispositivo devem ser aplicadas as decisões interlocutórias de mérito, bem como acórdãos e qualquer outra decisão que tenha um peso maior na lide.

Note que este entendimento não se refere apenas a sentença, mais também a os demais pronunciamentos decisórios que se equiparem em importância de resolução do mérito do conflito posto ao conhecimento do judiciário.

Além disso, não se pode deixar esquecer que todos os atos decisórios ou não, devem observar a formalidade exigida no artigo 205 do NCPC: autenticidade, assinatura eletrônica e publicidade.

Já em relação aos acórdãos, por se aterem a matéria já decidida em sentença, pode-se dizer que é necessário apresentar a mesma estrutura desta, por se destinar a resolver a lide. Assim sendo, é essencial o relatório, fundamentação e dispositivo.

Entretanto, em certas ocasiões poderá se decidir nessa fase questões incidentais, mas nesse caso estaríamos diante do que se estabelece como acórdão interlocutório⁴¹, similar a decisão interlocutória, distinguindo-se pelo grau de instância da autoridade prolatora do pronunciamento, conforme expressa Alexandre Freitas Câmara ao explicar que os pronunciamentos do juiz podem ser classificados por critérios distintos e combinados⁴².

41 Importa ter claro, neste ponto, que os critérios até aqui apresentados são distintos e podem ser combinados. Assim, como já se pôde ver, há sentenças monocráticas e sentenças colegiadas (acórdãos); decisões monocráticas interlocutórias e acórdãos interlocutórios; e, por fim, despachos monocráticos e acórdãos não decisórios (ou despachos colegiados). Isto permite compreender melhor, por exemplo, o disposto no art. 504, I, do CPC, por força do qual “[n]ão fazem coisa julgada [os] motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença” (o que inclui não só sentenças monocráticas mas também as oriundas de órgãos colegiados), ou o art. 506, segundo o qual “[a] sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros”, o que alcança não só as sentenças monocráticas mas também as que são proferidas sob a forma de acórdão. O CPC, porém, nem sempre é fiel a estas classificações, de modo que muitas vezes chama de sentença o que, na verdade é a sentença monocrática proferida por órgão jurisdicional de primeira instância. É o que se dá por exemplo, no art. 493, por força do qual certas sentenças (monocráticas e proferidas por juízos de primeira instância) se sujeitam a um reexame necessário pelo Tribunal de segundo grau. Tal disposição é inaplicável a pronunciamentos emanados dos tribunais (seja um pronunciamento unipessoal do relator, seja um acórdão). CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 157.

42 CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 157.

2.3 Fundamentação - Art. 489, §1º do CPC 2015

O art. 489, §1º do CPC 2015 expressa que “não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que (...)”⁴³. Elencando em seis incisos as hipóteses, as quais serão pontuadas abaixo. Esmiuçemos os incisos:

Inciso primeiro: “se limitar à indicação, a reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida”⁴⁴;

Este inciso expõe a necessidade de o magistrado correlacionar, demonstrar, o elo que tem a fundamentação com a questão a ser decidida, caso contrário à mera indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo como visto acima pode acarretar a nulidade da decisão (sentido lato).

Sobre essa questão Leonard Ziesemer bem cita Jeanne Silva em sua obra sobre a fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil, ao expor que o processo:

Cria discursos e afirmações tão desconectados da realidade que, entre os acontecimentos e as palavras, parece não existir vínculos em nenhum grau. Acontece que, não raras vezes, a sentença dada pelo juiz é fundamentada exclusivamente nessa produção discursiva; os fatos são ignorados, eliminados, como se nunca tivessem existido⁴⁵.

O que se procurou eliminar aqui é a falta de relação do problema submetido ao juízo com dogmas jurídicos abstratos, devido à praxe de simplesmente se aplicar a letra fria da lei sem correlacioná-lo ao sentido prático dos fatos. Antônio do Passo Cabral e Ronaldo Cramer citam como exemplo de decisão fundamentada nesses termos a seguinte situação:

[...] Nos termos do art. 186 do Código Civil, ‘aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito’. Por sua vez, o art. 927 do Código Civil diz que ‘Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo’. Sendo assim, presentes o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade, defiro o pedido e condeno o réu a pagar X⁴⁶.

43 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

44 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso I. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

45 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 29. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Tal exemplo apresenta apenas a reprodução de dispositivos legais decidindo que existe o ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade sem ao menos fazer a correlação deles com os fatos, provas e teses jurídicas. Em que pese ter sido apresentado a norma que o magistrado utilizou para decidir, não é adequada essa estrutura de fundamentação, pois não ficou demonstrada a forma com que se interpretou o caso para em fim decidir.

Inciso segundo: “empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso⁴⁷”;

O mero emprego de conceitos jurídicos indeterminados, sem correlacionar o motivo específico que leva aplicabilidade no caso, também será causa de nulidade do processo.

Nessa situação, podemos expor para melhor entendimento o seguinte posicionamento adotado por Alexandre Freitas Câmara: “[...] é falsamente fundamentada a decisão que “empregar conceitos jurídicos indeterminados” (como razoável, proporcional ou interesse público) “sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso”⁴⁸”.

Nesse caso empregar conceitos jurídicos indeterminados seria o mesmo que dizer em uma decisão: isso ofende a dignidade da pessoa humana por isso julgo procedente... improcedente... razoável duração do processo... sem explicar por qual motivo que tal contexto está atrelado ao caso concreto.

Conforme leciona Cabral e Cramer:

[...] Não basta que transcreva o enunciado, afirmando que ele se aplica ao caso concreto – aliás, conforme visto linhas atrás, isso não basta nem mesmo quando se tem enunciado composto de termos determinados ou mais facilmente determináveis (art. 489, § 1º, I). Espera-se que o juiz enfrente a abertura do texto, determinando o seu conteúdo no caso concreto.

Além de revelar o que compreende daquela noção vaga, considerando dados sistemáticos (exemplos: precedentes, outros dispositivos de lei correlacionados, ditames principiológicos) e extrassistemáticos (exemplos: usos, costumes, standards, padrões valorativos), deve o magistrado indicar as razões concretas que justificam sua aplicação ao caso⁴⁹.

46 CRAMER. Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 777.

47 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso II. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

48 CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 39.

49 CRAMER. Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p 778 e 779.

Assim sendo, o simples emprego de uma palavra com sentido amplo ou até mesmo ambíguo pode prejudicar o entendimento do leitor, sendo indispensável que o magistrado demonstre o que ele entendeu e de que forma correlacionou o conceito indeterminado aos fatos, apresentando a justificativa para tal aplicação.

Inciso terceiro: “invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão⁵⁰”;

No que toca a impossibilidade de se utilizar o magistrado de motivos generalizados para justificar qualquer outra decisão. Sabe-se que alguns casos cabem fundamentação simples, sem precisão de maiores justificativas.

É natural que dentre tantos processos lançados freneticamente nas “mesas” dos juízes, seja preciso agilizar o trabalho de alguma forma e nada mais natural ainda, que se utilizem das similaridades aos casos a serem decididos, não indicando isso como um fato que o caso real não deixou de ser analisado em suas peculiaridades.

A ausência de extensa explanação do magistrado sobre um determinado assunto, não apresentando vários comentários e citações não expressa falta de técnica, esforço ou conhecimento, mas sim que a elevada carga de trabalho submetido aos juízes não lhes permite maiores divagações.

Leonard Ziesemer faz uma crítica muito interessante em situações que se observa a adoção de modelos muito grande sobre (in) deferimento de pedidos de urgência, ao elucidar que:

Na análise de pedidos liminares, recorre-se a fórmulas genéricas, em que se pretende que a mera menção ao artigo de lei substitua toda a fundamentação. Tais fórmulas, construídas para justificar genericamente qualquer decisão, não servem, na realidade, como fundamento específico de qualquer decisão, por não conterem a aproximação necessária com o caso concreto; que seja, o apontar de uma constatação, no mundo dos fatos, da abstração contida na norma⁵¹.

O que se pode depreender do inciso aqui estudado é que cada situação concreta é única à compreensão e interpretação que lhe pode ser dada. Além de que a prática de adotar modelos genéricos nem ao menos muitas vezes fazem menção ao motivo fático que levou o magistrado a tal posicionamento, inexistindo, apontamento do elo do conteúdo teórico com o prático (caso concreto). Vejamos a

50 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso III. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

51 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 283. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

citação que fez Leonard Ziesemer ao apontar o posicionamento de Gustavo Zagrebelsky:

No processo interpretativo do direito, o caso é a mola que move o intérprete e dá a direção. Sobre essa base [fática], dirige-se ao direito para interroga-lo e receber uma resposta. Do caso, o intérprete procede à procura das regras e ao caso retorna, em um procedimento circular (assim chamado 'círculo interpretativo') de recondução bipolar que encontra sua paz no momento em que se compõem de modo satisfatório as exigências do caso e as pretensões das regras jurídicas⁵².

Assim sendo, existe certo empecilho em se metodizar a prática do direito, quebrando a possibilidade de apresentar justificativas generalizadas para cada caso, pois o direito advém do que foi constatado no processo. Com isso o magistrado realmente demonstra que leu o processo e o pedido da parte autora, dando-lhe a solução possível de acordo com o direito.

Inciso quarto: “não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capaz de, em tese, infirmar⁵³ a conclusão adotada pelo julgador⁵⁴”;

Nota-se a necessidade de enfrentar pontualmente todos os argumentos deduzidos no processo que eventual enfraqueça ou até mesmo torne controversa a conclusão adotada pelo julgador, não sendo necessário o enfrentamento de todas as teses trazidas ao longo do processo, mas, frisa-se somente as capazes de infirmar o posicionamento defendido pelo magistrado.

Inclusive esse posicionamento já havia sido fixado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AI/RG/QO N.º 791.292/PE, pelo Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 12/08/2010, antes mesmo dessa previsão legal no novo código. Vejamos a ementa do referido julgado e voto do Ministro Gilmar mendes (Relator):

EMENTA: Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a

52 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 110. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

53 Diminuir ou cessar a força jurídica de uma ação; declarar uma ação jurídica nula ou sem efeito: o advogado apresentou motivos suficientes para infirmar as razões da ação. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/infirmar/>>. Acesso em: 21/04/2017.

54 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso IV. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.

Voto do Ministro Gilmar Mendes: Preliminarmente, diante do regular atendimento dos pressupostos de admissibilidade do presente agravo, a ele **dou provimento e, de imediato, converto-o em recurso extraordinário** (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º), uma vez que existe, nos autos, todos os subsídios necessários ao perfeito exame da controvérsia.

A presente questão de ordem diz respeito à aplicação do regime de repercussão geral aos recursos extraordinários nas hipóteses em que a Corte já firmou entendimento sobre o tema em debate.

A matéria trazida nestes autos se refere à alegação de negativa de prestação jurisdicional por ausência de fundamentação, em ofensa aos arts. 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal.

Antiga é a jurisprudência desta Corte segundo a qual o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.

Nesse sentido há reiterados julgados do Tribunal Pleno, entre os quais o MS 26.163, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 5.9.2008; e o RE 418.416, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 19.12.2006. Cito a ementa deste último julgado, na parte que interessa:

‘Decisão judicial: fundamentação: alegação de omissão de análise de teses relevantes da Defesa: recurso extraordinário: descabimento. Além da falta do indispensável prequestionamento (Súmula 282 e 356), não há violação dos art. 5º, LIV e LV, nem do art. 93, IX, da Constituição, que **não exige o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas apresentadas pelas partes, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão; exige, apenas, que a decisão esteja motivada, e a sentença e o acórdão recorrido não descumpriram esse requisito** (v.g., RE 140.370, 1ª T., 20.4.93, Pertence, DJ 21.5.93; AI 242.237 – AgR, 1ª T., 27.6.00, Pertence, DJ 22.9.00.’

No mesmo sentido, o RE 140.370, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 21.5.1993; o AI-AgR 242.237, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, DJ de 22.9.2000; o AI-AgR 764.981, 1ª Turma, Rel. Min. Ayres Britto, DJe divulgado em 6.5.2010; o AI-AgR 637.301, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe divulgado em 28.10.2009; o AI-AgR 529.105, 2ª Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe divulgado em 6.5.2010; e o AI-AgR 594.628, 2ª Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe divulgado em 27.3. 2008; RE-AgR 327.143 Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 23.8.2002.

E ainda, monocraticamente, o 601.207, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe divulgado em 21.5.2010; o AI 697.581, Rel. Min. Ayres Britto, DJe divulgado em 21.5.2010; AI 764.718, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe divulgado em 27.4.2010; AI 580.429, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 9.5.2006; AI 679.321, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe divulgado em 14.4.2010.

No que concerne ao procedimento aplicado aos casos em que já existe jurisprudência pacificada, o Plenário desta Corte, no julgamento do RE-QO 580.108, Rel. Ellen Gracie, sessão de 11.6.2008, entendeu que as matérias já sucessivamente enfrentadas por este Tribunal podem ser trazidas, em questões de ordem, a fim de que se afirme, de forma objetiva, e para cada uma, a aplicabilidade do regime de repercussão geral, sempre que presente a relevância sob os aspectos legais.

Dessa forma, o Tribunal definiu mecanismo próprio, que permite aos Tribunais, Turmas Recursais e de Uniformização a adotar dos procedimentos relacionados à repercussão geral, como a retratação das decisões em contrariedade à jurisprudência desta Corte e a declaração de prejuízo dos recursos que atacam decisões conformes (§ 3º do art. 543-B, do Código de Processo Civil).

Assim, a presente questão de ordem visa a reafirmar a jurisprudência pacificada neste Tribunal segundo a qual o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.

O acórdão recorrido está de acordo com essa orientação, uma vez que foram explicitadas razões suficientes para o convencimento do julgador, que endossou os fundamentos do despacho de inadmissibilidade do recurso de revista, integrando-os ao julgamento do agravo instrumento. Desse modo, reputo inexistente a alegada falta de fundamentação.

Pelo exposto, proponho, em consequência, a seguinte solução para esta questão de ordem:

- a) Que se reconheça a repercussão geral da questão aqui analisada;
- b) Que seja reafirmada a jurisprudência da corte a qual o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem estabelecer, todavia, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas.
- c) Que seja negado provimento ao presente recurso.
- d) Que o STF e os demais tribunais sejam autorizados a adotar procedimentos relacionados à repercussão geral, principalmente a retratação das decisões ou a declaração de prejuízo dos recursos extraordinários, sempre que as decisões contrariarem ou confirmarem a jurisprudência ora reafirmada.

É como voto⁵⁵.

Como pode ser observado tal julgado reconheceu a repercussão geral do tema relativo à negativa de prestação jurisdicional por ausência de fundamentação (artigos 5.º, inciso XXXV, e 93, inciso IX, da Constituição da República) e reafirmou a jurisprudência de que, na decisão judicial, **não se exige o exame pormenorizado de todas as provas e alegações das partes**.

Desse mesmo modo era e ainda é o entendimento seguido pelo Superior Tribunal de Justiça, podemos citar como exemplo de fundamentação suficiente o seguinte REsp 1104184/RS - Recurso Especial 2008/0247671-6, onde quem foi o Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho - Órgão Julgador: S1-Primeira Seção, Data do Julgamento: 29/02/2012, Data da Publicação: DJE 08/03/2012:

EMENTA:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC c/c ART. 2º., § 1º. DA RES. STJ 8/2008). PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. TRIBUTÁRIO. PIS. BASE DE CÁLCULO. FATURAMENTO OU RECEITA BRUTA. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO NO CONCEITO DE RECEITA BRUTA, TENDO EM VISTA A

55 BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 791.292 Pernambuco**. DJe nº 149, divulgação 12/08/2010, publicado em 13/08/2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613496>>. Acesso em 10 mar. 2017.

DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, PELO STF, DO ART. 3o., § 1o. DA LEI 9.718/98 (RE's 346.084/PR, 357.950/RS, 390.840/MG e 358.273/RS). POSSIBILIDADE QUE SOMENTE SE AFIGURA APÓS A EDIÇÃO DAS LEIS 10.637/02 E 10.833/03, JÁ NA VIGÊNCIA DA EC 20/98, QUE AMPLIOU A BASE DE CÁLCULO DO PIS/CONFINS PARA INCLUIR A TOTALIDADE DAS RECEITAS AUFERIDAS PELA PESSOA JURÍDICA. PRECEDENTE: 1a. TURMA, RESP. 1.018.013/SC, REL. MIN. JOSÉ DELGADO, DJE 28.04.2008. PARECER DO MPF PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Inicialmente, sói destacar que a anunciada violação ao art. 535, II do CPC não ocorreu, tendo em vista **o fato de que a lide foi resolvida nos limites necessários e com a devida fundamentação. Todas as questões postas a debate foram efetivamente decididas, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração.** Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

2. Destaca-se, ainda, que, tendo encontrado **motivação suficiente** para fundar a decisão, **não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, todos os questionamentos suscitados pelas partes**, mormente se notório seu caráter de infringência do julgado. **Precedente: 1a. Turma, AgRg no AREsp 12.346/RO, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 26.08.2011.**

3. A Lei 9.718/98 (regime cumulativo) estatui que a base de cálculo do PIS/CONFINS é o faturamento, sendo este equiparado à receita bruta da pessoa jurídica, tal como apregoam os arts. 2o. e 3o. Este último preceito normativo estava acompanhado do § 1o., que dizia: entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. Tal dispositivo legal fundamentava a inclusão, pelo Fisco, dos juros sobre capital próprio - JCP - no conceito de receita financeira, fato que permitiria a cobrança do PIS/COFINS sobre ele.

4. Todavia, a técnica adotada pelo legislador ordinário e posteriormente ratificada pelo Fisco foi definitivamente rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade do alargamento do conceito de faturamento empreendido pelo art. 3o., § 1o. da Lei 9.718/98, tendo em vista o quanto disposto no art. 195 da CRFB, inconstitucionalidade essa que não foi afastada com as modificações efetuadas pela EC 20/98, a qual, grosso modo, constitucionalizou o conceito legal de faturamento ao incluir no Texto Magno, como base de cálculo do PIS/CONFINS, também, a receita (RE's 346.084/PR, 357.950/RS, 358.273/RS e 390.840/MG).

5. Sendo assim, antes da EC 20/98, a definição constitucional do conceito de faturamento envolvia somente a venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços, não abrangendo a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, tal como o legislador ordinário pretendeu. Somente após a edição da referida emenda constitucional é que se possibilitou a inclusão da totalidade das receitas - incluindo o JCP - como base de cálculo do PIS, circunstância materializada com a edição das Leis 10.637/02 e 10.833/03.

6. Em suma, tem-se que não incide PIS/COFINS sobre o JCP recebido durante a vigência da Lei 9.718/98 até a edição das Leis 10.637/02 (cujo art. 1o. entrou em vigor a partir de 01.12.2002) e 10.833/03, tal como no caso dos autos, que se refere apenas ao período compreendido entre 01.03.1999 e 30.09.2002. Precedente: 1a. Turma, REsp. 1.018.013/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 28.04.2008.

7. Parecer do MPF pelo improvimento do recurso. Art. 2º, § 1º da Resolução STJ 8/2008

8. Negado provimento ao Recurso Especial. Feito submetido ao rito do art. 543-C do CPC c/c art. 2º, § 1º da Resolução STJ 8/2008 (grifo nosso) ⁵⁶.

Nesse mesmo sentido se posicionou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no seguinte Embargo de Declaração, vejamos a ementa:

Embargos de declaração. Decisão concisa. Nulidade. Omissão inexistente. Rediscussão da matéria.

Não há nulidade na decisão de fundamentação concisa, quando o seu conteúdo é suficiente para identificar quais fatores influenciaram o convencimento do juízo.

Inexistente a omissão na decisão, os declaratórios devem ser rejeitados, por não se permitir a rediscussão do mérito nesta via recursa⁵⁷.

Há quem pense diferente dos posicionamentos mencionados acima, conforme esclarece Leonard Ziesemer:

A novidade vem em ótima hora, para combater a motivação que exalta razões que confirmam, e se furta de combater razões que tirariam a firmeza da conclusão da decisão. Afinal, se as razões utilizadas pelo julgador não são mais fortes do que as contrárias, como se pode fazer o controle do conteúdo da decisão e verificar se ela é, mesmo, a mais adequada ao caso concreto?

Aliás, é para dar mais credibilidade (e legitimidade) ao raciocínio do julgador que se impõe enfrentar os fundamentos contrários⁵⁸.

O que Leonard defende é que independentemente da valoração que se está a dar a uma determinada prova ou tese, nenhuma é mais forte do que outra, ao ponto de “ignorar” argumentos defensivos ou contrários à matéria jurídica questionada em juízo, pois ao se rebaterem todos os argumentos mais bem fundamentada fica a decisão e afasta dela possíveis críticas capazes de infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

Em relação ao que expressa o inciso em análise parece mais do que essencial rebater toda e qualquer tese que possa infirmar a decisão judicial, senão estaríamos diante de uma contradição ou omissão argumentativa, passível essas situações de serem discutidas em sede de embargos de declaração.

É o que expressa o próprio novo código ao dispor em seu artigo 1.022, parágrafo único, inciso segundo: “considera-se omissa a decisão que incorra em

Julgamento: 29/02/2012, Data da Publicação: DJE 08/03/2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21349772/recurso-especial-resp-1104184-rs-2008-0247671-6-stj/inteiro-teor-21349773?ref=juris-tabs>>. Acesso em 16 mar. 2017.

57 Processo: 0016621-66.2012.8.22.0001, 2ª Câmara Cível, Relator: Des Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 08/02/2017. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?cid=1>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

58 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 248. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

qualquer das condutas descritas no artigo 489, §1º ⁵⁹. Conforme diz Leonard Ziesemer:

Isso significa que qualquer dos defeitos de fundamentação apontados no artigo 489 é passível de correção por embargos de declaração. Os embargos nesse ponto passarão definitivamente a ser oponíveis como técnica de correção da fundamentação em si, pois uma decisão que, por exemplo, não tenha demonstrado concretamente como um conceito vago se relaciona com o caso, será considerada omissa. O mesmo ocorrerá com a invocação genérica da ementa de um julgado, sem correlação da sua *ratio decidendi* com o caso concreto⁶⁰.

Note-se que apesar de o parágrafo único utilizar como expressão “considera-se omissa a decisão que...” ⁶¹, se denota do contexto inserido o artigo 489, §1º, que os embargos servem não apenas quando houver omissões, mais também na ocorrência de contradições e obscuridades nos pronunciamentos decisórios levando em consideração as hipóteses elencadas no último dispositivo mencionado acima.

Vale deixar bem claro que dispositivo em estudo não indica a indispensabilidade de se confrontar todas as teses defensivas levadas aos autos, uma vez que, se assim fosse exigido, teríamos decisões demasiadamente longas e cansativas, sem expressar com clareza sua finalidade.

Bem expressa José Alexandre M. Oliani ao se posicionar da seguinte forma:

Essa compreensão contemporânea do contraditório não exige, todavia, que a sentença tenha **fundamentação completa**, bastando que tenha **fundamentação suficiente**. No relatório o juiz deverá fazer um histórico, expondo todas as questões que foram submetidas pelas partes ao longo do processo, mas **na fundamentação o julgador tem liberdade para analisar e resolver somente as questões que sejam relevantes para a solução da causa que será proferida na parte dispositiva da sentença** (grifo nosso) ⁶².

José Alexandre também menciona em sua nota de rodapé que tal entendimento é adotado pelo STJ, citando ainda um julgamento nesse sentido⁶³.

59 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 1.022, parágrafo único, inciso II. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

60 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 296. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

61 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 1.022, parágrafo único, inciso II. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

62 OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 45. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

63 OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 45. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo

Ademais essa questão pode ser confirmada e observada em julgado indicado anteriormente.

Segundo Leonard Ziesemer essa inovação pode ser considerada uma medida boa em se realizar uma mudança na forma como se fundamentam as decisões, não se preocupando apenas com o conteúdo decisório, mas como ele mesmo diz, há ainda o lado negativo:

(...) inegável consequência prática de que muito provavelmente toda e qualquer decisão será, antes de objeto de apelação ou agravo, submetida à oposição de embargos. Justamente o problema a ser combatido será reforçado. Como reconhece Adroaldo Furtado Fabrício, os embargos de declaração quando utilizados em demasia tendem a ser desvalorizados: 'julgam-se superficialmente os aclaratórios, porque eles são por demais numerosos; eles se multiplicam porque também as decisões em geral oferecem muitos flancos aos embargos. E, na esteira, tanto advogados quanto juízes tendem cada vez mais a desvalorizar o remédio, despreço que se estende às medidas sancionatórias autorizadas em lei e minimamente utilizadas'⁶⁴.

É indubitável que o presente inciso seria fundamento para fins meramente protelatórios em grau recursal, sendo alegado em toda e qualquer decisão que não desmembrar todas as teses das peças defensivas de todos os litigantes envolvidos no processo.

Todavia, não se pode esquecer que para embargos meramente protelatórios existem as multas que se encontram mais rigorosas no novo código, conforme pode ser observado nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1.026 da referida norma e na seguinte decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em EDcl nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.324.260 – RJ (2012/0100881-2), julgado em 20 de abril de 2016, relator: ministro Og Fernandes – Artigo: JURISreferência TM: STJ já começa a aplicar multa por embargos de declaração manifestamente protelatórios com fundamento no artigo 1.026, §2º do CPC/2015, ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar

Talamini).

64 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 296. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini.

contradição ou corrigir erro matéria existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Não há vício de fundamentação quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia, de maneira sólida e fundamentada.

3. A pretensão exclusiva de rediscutir a causa, a fim de modificar a decisão embargada, não se coaduna com a via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração opostos com o intuito procrastinatório da parte enseja a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC, no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa. Jurisprudência do STJ.

5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa protelatória⁶⁵.

Veja-se que os embargos inclusive tratavam de vício do artigo 489, §1º do NCPC. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em decisão recente se manifestou sobre o inciso nesse tópico estudado (inciso IV, §1º, do art. 489), adotando o seguinte posicionamento nos EDcl no MS 21.315-DF:

[...]

Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que **não** se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de **infirmar a conclusão adotada**. (grifo nosso)

⁶⁶.

Note-se que a decisão acima fala em argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada, já no texto normativo diz sobre fundamento capaz de infirmar a decisão.

Bem elucidada a advogada Flávia Teixeira Ortega em seu artigo: STJ decide: No NCPC, o juiz não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes, ao explanar o que seria um incontestável exemplo hipotético de caso incapaz de infirmar uma tese argumentativa, vejamos:

João propôs ação de cobrança contra Pedro.

O juiz extinguiu o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC/2015, por reconhecer que a pretensão do autor estava prescrita. Além disso, o magistrado afirmou que estava provado que Pedro já pagou o débito, não havendo, portanto, mais qualquer dívida.

O autor não se conformou e interpôs apelação.

O Tribunal manteve a sentença, mas se manifestou apenas sobre a prescrição, reconhecendo que ela estava presente no caso concreto. O

65 JURISreferência TM. **STJ já começa a aplicar multa por embargos de declaração manifestamente protelatórios com fundamento no artigo 1.026, §2º do CPC/2015**. Disponível em: . Acesso em 07 nov. 2016.

66 AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Amazonas. **EDcl no MS 21.315-DF**, Relatora Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região) – órgão julgador: 1ª Seção do STJ, julgado em 8/6/2016 (Info 5850). Disponível em: <<http://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/399710046/embargos-de-declaracao-ed-42807020168040000-am-0004280-7020168040000>> . Acesso em 23 mar. 2017.

acórdão nada falou sobre o pagamento da dívida que foi reconhecido pelo juiz de 1º grau e questionado por João no recurso.

Diante disso, o autor apresentou embargos de declaração alegando que o acórdão do Tribunal foi omissivo porque não se pronunciou sobre o seu argumento de que o débito ainda não foi pago e que, portanto, a dívida ainda existe.

Assim, para o embargante, o acórdão violou o inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015:

[...]

Os embargos opostos merecem ser acolhidos? Houve omissão do acórdão do Tribunal? O acórdão do Tribunal contrariou a regra do art. 489, §1º, IV, do CPC/2015? ⁶⁷

Em resposta à problematização suscitada, a advogada elucida que:

A prescrição é uma causa de extinção do processo que, sendo reconhecida, faz com que o julgador não examine mais se a dívida é ou não devida. Logo, no exemplo hipotético, o Tribunal não tinha razão para se manifestar sobre a discussão se o débito tinha sido ou não pago⁶⁸.

Nada mais lógico que tal matéria não fosse abordada pelo Tribunal, pois do que adiantaria saber se Pedro estava inadimplente, se o direito de exigir a quitação da obrigação já estava prescrito. Não existiam mais meios judiciais para que tal obrigação fosse exigida, mesmo sendo ela certa ou não.

Vencido esse problema, somente por fins indagatórios, questiona-se a proporção do reflexo que teria esse inciso no que diz respeito à celeridade processual, quando diversas decisões comesçassem a ser consideradas nulas com fundamento de não terem sido confrontadas todas as teses defensivas trazidas pelas partes ao processo.

Por mais notório que seja o novo código de processo civil defende que a simples formação do convencimento do julgador não é suficiente para determinar o conteúdo da fundamentação de uma decisão, não se pode esquecer que o mesmo deve possibilita as partes ao longo do processo o enfrentamento de todas as possíveis razões trazidas por estes, estabelecendo uma relação dialogada ou um diálogo entre as partes e o juízo, dentro do processo, a fim de evitar decisões-surpresa.

67 ORTEGA, Flávia Teixeira. **STJ decide:** No NCPC, o juiz não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes. Jusbrasil, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/374187646/stj-decide-no-ncpc-o-juiz-nao-esta-obrigado-a-responder-todas-as-questoes-suscitadas-pelas-partes?>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

68 ORTEGA, Flávia Teixeira. **STJ decide:** No NCPC, o juiz não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes. Jusbrasil, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/374187646/stj-decide-no-ncpc-o-juiz-nao-esta-obrigado-a-responder-todas-as-questoes-suscitadas-pelas-partes?>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Ademais, tal situação se configura ainda mais prejudicial quando levantada à possibilidade do magistrado se utilizar da conjugação da interpretação encontrada sobre os ditames do artigo 322, §2º do CPC/2015, vejamos:

Art. 322. O pedido deve ser certo.

(...)

§2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé⁶⁹.

Até que limite tal situação não poderá ser considerada decisão extrapetita ou ultrapetita? Tal ocorrência daria mais azo a situações protelatórias, pois sobre essa perspectiva, a fundamentação da sentença não estaria mais simetricamente ligada à causa de pedir.

O que se percebe aqui é a denominada exigência de congruência da decisão, situação na qual o julgador não pode deixar de analisar o que diz o pedido e a causa de pedir, devendo ser aclarado qual é o objeto do processo, tanto no que tange às questões de mérito, quanto processuais.

Este posicionamento é adotado para que na decisão não seja dado nem mais, nem menos do que aquilo que foi formulado pelos pedidos do autor. E para que se chegue à parte objetiva da questão jurídica, se faz solucionar ou analisar os argumentos trazidos pelos litigantes.

Inciso quinto: “se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos” ⁷⁰;

Este dispositivo faz menção às decisões que limitam-se a simplesmente mencionar precedente ou enunciado de súmula, sem indicar o real motivo e fundamentos determinantes para o julgamento paradigma e sua relação com o caso concreto.

Não há como se chegar a um determinado resultado sem se elucidar como se fez para chegar a tal conclusão, nesse ponto Leonard Ziesemer bem expõe ao citar o posicionamento de Lênio Streck que:

Compreender, portanto, é aplicar e interpretar. ‘Interpretamos para aplicar o direito e, ao fazê-lo, não nos limitamos a interpretar (= compreender) os

69 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 322, §2º. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

70 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso V. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

textos normativos, mas também compreendemos (= interpretamos) a realidade e os fatos aos quais o direito há de ser aplicado⁷¹.

O que se faz imprescindível é indicar onde o posicionamento dos órgãos colegiados tem ligação com o caso em julgamento, evitando, desse modo, as simples vinculações interpretativas as teses adotadas pelos tribunais.

Inciso sexto: “deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento⁷²”.

O que se aponta nesse inciso é a exigência de se contrapor as hipóteses fáticas com solução jurídica diversa, até mesmo para fins de delimitação das argumentações cabíveis em defesa, limitando as situações de confusões, as quais são em sua maioria resolvidas em grau recursal.

Ponto relevante a ser mencionado nesse tópico é o enunciado nº 306 do Fórum Permanente de Processualistas Civis – FPPC que expressa: “O precedente vinculante não será seguido quando o juiz ou tribunal distinguir o caso sob julgamento, demonstrando, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipóteses fáticas distintas, a impor solução jurídica diversa⁷³”.

Nessa situação depreendemos os institutos “distinguishing⁷⁴” e “overruling⁷⁵”.

Nada mais lógico do que quando não apresentadas as circunstâncias semelhantes ao caso prevista em enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente, se abster de aplicar o posicionamento.

Desse modo, é indispensável o estudo das peculiaridades do processo que o diferenciam dos demais, para averiguar se encaixa dentro dos posicionamentos dos

71 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 112. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

72 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, §1º, inciso VI. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

73 MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004. NUNES, Dierle; SILVA, Natanael Lud Santos e. **CPC Referenciado – Lei 13.105/2015**. 1ª ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015, p. 145.

74 Confrontar, em que medida o seu caso se assemelha ou não com o caso do precedente. Todo precedente judicial só pode ser aplicado após o distinguishing. É um **método de comparação ou confronto entre o caso e o precedente**. O distinguishing é absolutamente indispensável na aplicação dos precedentes posto que a **aplicação do precedente não é automática, é necessário interpretá-la**. Disponível em: <<https://davifm.jusbrasil.com.br/artigos/238330375/overruling-e-distinguishing-no-processo-civil>>. Acesso em: 23/04/2017.

75 Os mecanismos de superação dos precedentes são rigorosos. Para justificar uma mudança é preciso de uma carga de motivação, de argumentação grande. Esse **mecanismo de superação do precedente** chama-se overruling, pode ser propositivo (eficácia ex nunc) ou retrospectivo (eficácia ex tunc). Disponível em: <<https://davifm.jusbrasil.com.br/artigos/238330375/overruling-e-distinguishing-no-processo-civil>>. Acesso em: 23/04/2017.

tribunais com a verticalização da jurisprudência, para que haja a efetiva prestação jurisdicional, colocando em prática o mecanismo adequado para resolução da lide.

Com a necessidade de observação de tantas peculiaridades trazidas pelo art. 489, §1º do NCPC, pode-se dizer que acabou o princípio do livre convencimento do juiz? Diante dessas inovações como o sistema normativo enxerga a livre convicção do magistrado?

Lênio Streck se posiciona da seguinte forma:

Habemus CPC, mas temos de romper com o velho modelo.

Tenho convicção de que um dos pontos centrais a favor do novo CPC é o abandono do LC. Simbolicamente isso representa o desejo de mudar. Da perspectiva normativa do princípio que exige a fundamentação das decisões, o *juiz não tem a opção* para se convencer por qualquer motivo, uma espécie de discricionariedade em sentido fraco que seja; ele deve explicitar com base em que *razões*, que devem ser *intersubjetivamente sustentáveis*, ele decidiu desta e não daquela maneira, conforme bem diz Marcelo Catton⁷⁶.

Posto isto, pode-se dizer que de certa forma o judiciário ficou engessado pelo legislativo, pois tem que se ater ao que lhe foi positivado, não oportunizando mais a resolução de conflitos por meio do subjetivismo.

Embora anteriormente as diretrizes do CPC de 2015, sob a égide do CPC de 1973 também fosse necessário à fundamentação das decisões, observa-se na nova norma um controle maior na atividade de justificativa das decisões levando em consideração o que preconiza o artigo 489, §1º do NCPC.

Tal dispositivo não retira do juiz o seu raciocínio, nem mesmo impede que ele chegue a conclusões diferentes, somente estabelece um rigor a mais na hora de se fundamentar as decisões, devendo o magistrado mostrar os caminhos pelos quais percorreu na interpretação e compreensão do caso para chegar a conclusão do caso.

Assim sendo, o processo torna-se um instrumento de controle democrático, onde a voz individual somente ganha espaço em fase legislativa, oportunidade que é dada a todos se manifestar, convidado a participar, pois se analisa e aponta após longos estudos o que melhor cabe ao judiciário.

76 STRECK, Lênio Luiz. **Senso incomum. Dilema de dois juízes diante do fim do Livre Convencimento do NCPC.** Revista Consultor Jurídico, 19 de março de 2015, 8h00. Acesso em: 08 abr. 2016.

Nesse sentido são abordados os questionamentos levantados por Leonard Ziesemer Schmitz no livro *Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil*, ao formular a seguinte problemática:

De forma bastante resumida, a pergunta que precisa ser respondida é: existem condições democráticas de se admitir que o conteúdo do direito seja aquilo que o julgador quiser que ele seja? É possível, legitimamente, pretender que o cidadão que submeter sua controvérsia ao Poder Judiciário esteja à mercê da subjetividade de um ou outro intérprete do direito? ⁷⁷

O que se questiona aqui são as várias situações em que uma determinada matéria é decidida de uma forma por um dado juiz, enquanto que, em outro caso com as condições semelhantes e a mesma matéria em outro caso é decidido de forma totalmente contrária ao entendimento adotado pelo primeiro magistrado, conforme já mencionado no tópico da estrutura formal dos atos decisórios no CPC de 2015.

Apesar desse tipo de situação ocorrer, deve se ter em mente que o juiz representa um órgão público que tem suas decisões submetidas ao crivo do tribunal através de recurso. Aquele deve demonstrar e exercer suas atribuições conforme estabelece as diretrizes que o Estado lhe impõe por meio da lei. Afinal, conforme elucida Arruda Alvim (p. 277, 2015):

A norma jurídica pressupõe um juízo lógico do órgão do qual emana, sendo essencialmente um ato de vontade, ou, precisamente, um comando dirigido pelo Estado aos particulares. Sendo uma norma abstrata, este comando deve ser concretizado, ou seja, trazido de forma concreta pelo juiz na sentença. Mas, nessa operação, o juiz não acrescenta nenhuma vontade própria à vontade já manifestada pelo órgão legislativo; apenas realiza uma pura operação lógica ou um silogismo em que, sendo a premissa maior a norma geral, e a premissa menor, o caso concreto, deduz-se a *norma de conduta* a seguir no caso particular⁷⁸.

Por conseguinte, o juiz deve partir sempre da mesma premissa – a lei – é ela que dá voz ao interesse do Estado, o juiz é apenas o “instrumento” utilizado para exteriorizar e exigir a atividade judicial, não devendo existir ato de vontade de particular, pois senão, haveria vícios nos processos por se atender ao próprio interesse e não ao interesse da sociedade.

77 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 28. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

78 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 277. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Pode ser que na fase decisória em algum momento o juiz carregue para dentro do ato um juízo de valor moral, sendo necessário ser analisado se a convicção pessoal dele está sendo atribuído corretamente ao caso em concreto ou se causa prejuízo, por ir de encontro com os fatos e provas do processo.

Conforme descreve Humberto Theodoro Júnior, o Estado tem dois objetivos, sendo-os: “objetivo imediato à aplicação da lei ao caso concreto, e como missão mediata” “restabelecer a paz entre os particulares e, com isso, manter a da sociedade”⁷⁹. Assim, a harmonia se faz com a normatização da conduta humana e relações sociais, feita pelo legislativo e a exigibilidade da observância das regras jurídicas, promovida pelo Judiciário.

Indispensável é ainda deixar claro que as hipóteses do artigo 489, §1º do NCPC incidem inclusive no âmbito dos juzados especiais, conforme expressa o enunciado 309 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, bem como dever ser observado no âmbito da justiça trabalhista de acordo com o Enunciado.

Contudo, deve ser esclarecido que o caput do mencionado artigo não se aplica ao juzado especial por apresenta incompatibilidade com a Lei nº 9.099/95, por ser contrário aos princípios da simplicidade que orienta o sistema dos juzados, exemplo disso é o artigo 38 da supra citada lei, vejamos a redação:

Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido⁸⁰.

Inferre-se que a estrutura da sentença no âmbito dos juzados especiais difere do juzado comum nos elementos essenciais do ato, sendo exigidos aqueles órgãos apenas breves resumo dos fatos e apresentação da fundamentação que régio a convicção do juiz, já neste exigisse relatório, fundamentação e dispositivo.

Devido a isto, o Fórum Nacional dos Juzados Especiais (FONAJE) durante o XXXVIII Encontros, realizado em Belo Horizonte-MG, aprovou o enunciado nº 162 o qual apresenta a seguinte reserva:

79 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**. Vol. 1. 56 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p.32.

80 BRASIL. **Juzados Especiais Cíveis e Criminais – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995** – DOU de 27 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 27 fevereiro 2017.

Não se aplica ao Sistema dos Juizados Especiais a regra do art. 489 do CPC/2015 diante da expressa previsão contida no art. 38, caput, da Lei 9.099/95⁸¹.

Assim sendo, a fundamentação dos juizados não deverá passar a ser tão burocrática quanto a dos processos comuns.

Esclarecido isso, temos ainda o Enunciado 308 do mencionado fórum, o qual esclarece que as disposições do citado artigo acima se aplicam a todos os processos pendentes de decisão ao tempo da entrada em vigor do NCPC.

Ainda em cima das diretrizes apresentadas pelos enunciados, o Enunciado 303 dispõe que as hipóteses previstas nos incisos do artigo 489, § 1º do NCPC são de caráter meramente exemplificativo.

2.4 Reflexos das Inovações

Leonard Ziesemer, na primeira parte de seu livro *Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil*, denominada notas para (re) construção de uma teoria da decisão judicial, de uma forma bem resumida, expõe que o direito enquanto ciência já não se pode mais se basear por diretrizes positivistas, onde acreditava-se que a existência somente da lei sanava todas as necessidades da sociedade; nem tão pouco pela teoria kelsiana, a qual enxergava o ordenamento jurídico como um sistema puro e apartado da realidade, fazendo com que teoria e prática andassem separadas.

Detalhe importante a ser esclarecido é que Hans Kelsen entendia que sua teoria era pura no momento da formação do sistema jurídico e não durante sua aplicação prática. Contudo para que essa característica de sua teoria fosse preservada durante a aplicabilidade do direito, era necessário que perante a lei fosse elaborado seu conceito de moldura semântica, devendo ser interpretada sobre os limites gramaticais e semânticos da linguagem utilizada no enunciado da norma⁸².

Acontece que esse tipo de interpretação dentro dos limites estabelecidos por essa teoria, possibilita inúmeras interpretações, caindo no que se define de interpretação autêntica, a qual é feita por quem detém poder para decidir, fazendo com que se incida a discricionariedade e subjetividade de quem irá decidir, podendo,

81 ENUNCIADOS. Fórum Nacional de Juizados Especiais. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2017.

82 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 64 e 65. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

eventualmente, ocasionar insegurança jurídica, pois caso um magistrado decida de um jeito e outro de outra forma dentro do quadro de limites, poderia ocorrer alguma injustiça se os casos fossem idênticos⁸³.

Leonard Ziesemer explica ainda que:

[...] o ato de interpretar/aplicar/julgar é uma responsabilidade democrática, não algo que dependa da vontade de uma só pessoa ou um grupo colegiado de pessoas. É preciso discordar, nesse ponto, de quem defende que o direito pode ser aquilo que um intérprete quer que seja: se assim fosse, dependeríamos, como cidadãos, mais de sorte do que do direito⁸⁴.

Concordar com esse tipo de posicionamento, ocasiona o protagonismo judicial, podendo ferir a atividade precípua do judiciário que é julgar e não legislar. Devido a isto, o novo códex, convida-nos a vivenciar a teoria de Friedrich Müller, o qual defendia que o ordenamento jurídico é confrontado pela realidade, ou seja, ele ganha sentido no momento em que ocorre a vinculação do caso concreto com a lei. Exercendo a realidade influência na interpretação da norma, devendo teoria e prática andar juntas⁸⁵.

Em várias passagens do artigo 489, §1º do CPC 2015, vê-se a necessidade de fazer um balanceamento dos fatos provados e verificar o que dispõe o direito sobre o caso fático, para depois confrontá-los e estabelecer os elos que ajustam a relação jurídica com a causa de mérito e processual, para que haja uma devida fundamentação da decisão judicial.

Os reflexos esperados para essa inovação é antes de tudo um convite à superação metodológica da simples aplicação normativa, a qual se dá em sua maioria através do silogismo - convencimento traçado em cima do raciocínio lógico. Arruda Alvim explica esse sistema ocorre da seguinte maneira:

A sentença, do ponto de vista lógico, corresponde a um *silogismo*, em que a *premissa maior* é a norma legal a ser aplicada; a *premissa menor* é o fato ou a situação de fato; e a *conclusão* é a norma concreta que se extrai da submissão do fato à norma.

Destarte, prescreve o art. 186 do Código Civil que: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência, violar direito e causar dano a

83 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 64 e 65. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

84 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 108. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

85 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais:** a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 66, 67 e 68. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

outrem ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” É a *premissa maior*. O juiz verifica que Pedro, por negligência, causou dano a João. É a *premissa menor*. Logo, Pedro deve reparar o dano causado a João. É a *conclusão*.

A essa operação, de submeter os fatos ao crivo da lei, chama-se *subsunção*, que Lalande define como o enlace lógico de uma situação particular, específica e concreta, com uma previsão abstrata, genérica e hipotética contida na lei⁸⁶.

O dever de sentenciar se volta / direciona a forma mais interpretativa dentro dos limites legais, devendo inclusive ser analisado o contexto histórico em que a norma nasceu para se verificar se ainda existem os parâmetros sobre os quais ela se fixou quando passou a vigor no ordenamento jurídico, não podendo esquecer que a finalidade precípua do processo antes de tudo é primar pela resolução das lides, conforme explica José Alexandre M. Oliani:

A utilidade do processo consiste na eliminação dos conflitos existentes no mundo empírico, de tal sorte que toda a atividade processual deve ser norteadada pela perspectiva de alcance desse objetivo. Essa aptidão do processo para atuar na realidade factual, eliminando as situações de conflito, tem sido progressivamente estudada pela doutrina e prestigiada pela jurisprudência, sendo usualmente referida como *efetividade do processo*⁸⁷.

O processo, portanto, se desprende dos atritos irrelevantes para se restringir às causas do conflito, procurando apresentar decisões coerentes e estáveis, onde quem lê compreende a interpretação dada ao caso concreto e consequentemente aceita melhor a aplicação do direito alcançado para estabelecer a justiça.

Conforme explica Humberto Theodoro o processo civil anseia caminhar por novos rumos, por essa razão a aprovação de um novo código (2015), vejamos o que diz o autor:

Nas últimas décadas, o estudo do processo civil desviou nitidamente sua atenção para os resultados a serem concretamente alcançados pela prestação jurisdicional. Muito mais do que com os clássicos conceitos tidos como fundamentais ao direito processual, a doutrina tem-se ocupado com remédios e medidas que possam redundar em melhoria dos serviços forenses. Ideias, como a de instrumentalidade e a de efetividade, passaram a dar a tônica do processo contemporâneo. Fala-se mesmo de “garantia de um processo justo”, mais do que de um “processo legal”, colocando no primeiro plano, ideias éticas em lugar do estudo sistemático apenas das formas e solenidades do processo⁸⁸.

86 SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p.276. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

87 OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p.77. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Infere-se que as reformas e inovações trazidas pelo novo código prima pela garantia constitucional de um processo justo, que atenda aos propósitos mitigados em juízo em tempo hábil para o autor ter a possibilidade de exercer seus direitos, ou seja, para daí se conseguirem a efetividade, pois uma justiça tardia pode não ser justa, por não socorrer a tempo de se evitar um mal irreparável.

E conforme menciona Rui Barbosa: “justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”, por isto o novo códex prima pela celeridade processual em seus atos processuais, com o fim de proporcionar maior eficiência na prestação da tutela jurisdicional⁸⁹.

Afinal de nada adiantaria se tiver o reconhecimento de um direito, se este não vier a tempo de surtir efeito protecionista e reparatório, caso seja declarado tardiamente.

É visando justamente dar celeridade ao processo que o código de 2015 expressa em seu artigo 6 que “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenham, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”⁹⁰. Observe que não existe uma preocupação simplesmente em prestar atividade jurisdicional em tempo hábil, mas também garantir um resultado satisfatório, efetivo para as partes.

Assim sendo, mesmo que possa ser revoltante para os magistrados terem que se ater a tantas peculiaridades, percebe-se que a sociedade anseia por decisões mais seguras, duradoras, e efetivas. Por isto, a relevância em se costurar os fundamentos de direitos com os pontos fáticos de cada caso.

José Alexandre M. Oliani expressa que:

Deve o julgador, na fundamentação da sentença, declarar os fatos que reputa provados e os que julga não provados, isto é, deve analisar criticamente as provas e especificar motivadamente as que considera decisivas para a sua convicção. Ao aplicar o direito aos fatos que reputar provados o juiz deve indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas, podendo, com arrimo no princípio de que o juiz conhece o direito (iura novit curia), aplicar aos fatos normas jurídicas distintas daquelas que foram defendidas pelas partes como aplicáveis àquele caso. Todavia, se a norma

88 THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**. Vol. 1. 56 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 37.

89 OLIVEIRA, Guilherme Arruda de. **A demora na entrega da prestação jurisdicional e a responsabilidade do Estado**. Publicado em: 01 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1706/A-demora-na-entrega-da-prestacao-jurisdicional-e-a-responsabilidade-do-Estado>>. Acesso em 22/02/2017.

90 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015 – DOU de 17 de março de 2015, artigo 6º. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

que o julgador pretende aplicar não foi objeto de prévio debate entre as partes, deverá, em primeiro lugar, convidá-las a debater a aplicabilidade de tal norma e, somente após, proferir o julgamento. Essa atitude é exigida pelo contraditório⁹¹.

Note-se que para que uma decisão judicial tenha legitimidade é indispensável que o magistrado ao fundamentar suas decisões traga aos autos os pontos (provas, fatos e teses jurídicas) que pretende aplicar ao caso, tal diretriz se dá em nome do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, objetivando que as partes litigantes não sejam pegas de surpresa em momento algum do processo.

É bem verdade que caso se atenha a todos esses meandros pode deixar o processo mais moroso, entretanto, o torna mais seguro, diminuindo até mesmo a possibilidade de recursos, os quais por vezes são bem morosos para serem julgados, fazendo com que a lide demore meses ou anos para chegar a uma decisão final.

Além disso, não se pode deixar que em nome do princípio da razoável duração do processo, comprometa uma garantia constitucional do processo que é a motivação, ou seja, se faz indispensável à demonstração das razões do convencimento do magistrado, conforme bem expressa Scarpinella⁹².

O judiciário deve sempre pautar suas atividades no sentido de evitar impactos indesejáveis na lide e na vida dos litigantes, devendo apurar com cautela as causas com maior complexidade e verificar se a consagração do direito será efetivada de maneira justa e devida, não somente por atender ao propósito de eficiência do processo, mas principalmente por assegurar a proteção dos direitos “controvertidos, ameaçados ou lesionados”, conforme elucida Scarpinella (p. 41, 2015).

91 OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p.44-5. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

92 BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 41.

SEÇÃO III

DISCUTINDO A PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção, se apresentam os passos percorridos para a realização da pesquisa desenvolvida com base em estudos bibliográficos e nas informações adquiridas na 1ª e 2ª câmaras cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, para verificar quantas decisões foram reformadas em segundo grau por falta de fundamentação e sobre qual alegação.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ/RO) é o órgão máximo da justiça comum do Estado, o qual desempenha a função de processar e julgar os processos judiciais na segunda instância por meio de seus desembargadores.

Ele é composto por 21 desembargadores, sendo distribuídas suas atividades nas câmaras julgadoras, as quais têm suas competências delimitadas pelo Regimento Interno do órgão.

As câmaras são compostas por três, quatro ou seis desembargadores conforme se verifica a necessidade de cada caso. Elas se dividem em seis câmaras simples e três compostas. Aquelas se subdividem em duas criminais, duas cíveis e duas especiais. Quanto às compostas são as próprias câmaras de competência iguais que se reúnem para processar e julgar feitos específicos dispostos pelo regimento interno.

Quanto à população envolvida na pesquisa concentra-se na opinião dos operadores do direito (advogados, magistrados, doutrinadores e juristas) sobre o artigo 489, §1º do NCPC, bem como os dados da pesquisa de campo adquiridos junto à equipe de estatísticas do TJ/RO.

A amostra consultada na pesquisa documental versou sob 136 processos judiciais disponíveis no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Considerando as inovações do art. 489, §1º do CPC 2015, os dados levantados foram tabulados e interpretados para posterior exposição no texto monográfico, por meio de análise temática, envolvendo as categorias:

- a) Hipóteses relacionadas à falta de fundamentação das decisões judiciais;
- b) A adequação das inovações para resolução dos problemas judiciais.

As categorias acima descritas foram definidas a partir da compreensão das autoras Lakatos e Marconi:

Categoria é a classe, o grupo ou o tipo em uma série classificada. Para o estabelecimento de categorias importantes devem ser observados certos princípios de classificação. As perguntas ou as hipóteses da pesquisa, quando formuladas, oferecem uma base para o estabelecimento de determinadas regras⁹³.

Dessa forma a análise foi direcionada aos elementos essenciais dos objetivos da pesquisa.

No que diz respeito aos cuidados éticos que se deve ter com os participantes, instituições envolvidas e com o local da pesquisa não se observam restrições, uma vez que os documentos que foram utilizados se encontram regidos pelo princípio da publicidade dos atos judiciais. Assim sendo, não se observou dano aos envolvidos nos estudos.

A coleta dos dados documentais, realizada em setembro e outubro de 2016, se deu junto ao setor de estatística do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ/RO). Este tem como sistemas de trabalho 3 (três) ferramentas.

São elas: a utilização de relatórios emitidos com base no Sistema de Automação Processual conhecido como SAP-SG, o Sistema Digital de Segundo Grau (SDSG), os quais são regulamentados pelas diretrizes de informática do próprio tribunal e o sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE) que é regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A pesquisa deste trabalho se limitou a utilização de relatórios emitidos pelo SDSG, uma vez que a análise comparativa na amostra de tempo adquirida nos relatórios do SAP-SG não apresentava quantidade significativa de processos para verificação do conteúdo das decisões judiciais em 2016, pois já tinha sido implantado o SDSG e feita a transferência de dados para este, no decorrer nos anos de 2015 e 2016.

E quanto a não aquisição de relatórios junto ao sistema PJE se deu pelo fato do sistema ter uma grande verificação de problemas de acesso, dificultando as consultas processuais.

Passemos a aquisição dos relatórios junto ao órgão. Quando feita a solicitação dos questionamentos postos no apêndice A, foi obtida como resposta que os relatórios não eram gerados conforme o tema de cada causa. Devido a isto, ocorreu a necessidade de separar quais processos eu teria que baixar cada decisão

93 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.134.

e ler, para ver se havia relação com artigo 489,§1º do NCPC, objeto de estudo dessa pesquisa.

Assim sendo, foram solicitados os relatórios de processos julgados nos meses de maio de 2015 e maio de 2016, limitando o levantamento de dados, tendo como critério a data de distribuição dos processos e incidentes que ocorrem nos meses de abril e maio dentro dos julgados nos meses e anos ditos acima.

Cabe esclarecer ainda que os relatórios são gerais, trazendo dados das câmaras especiais reunidas, câmaras cíveis reunidas, 1ª e 2ª câmara especial e tribunal do pleno; entretanto, o levantamento de dados se deu em relação apenas a 1ª e 2ª câmara cível.

Com o fim de se ter uma ideia de quantos processos e incidentes tem as câmaras cíveis, foram organizados quadros nos quais consta a quantidade de processos distribuídos, julgados e pendentes de julgamento no período de 01/05/2015 à 31/05/2015 e 01/05/2016 à 31/05/2016.

Quadro 1
Quantidade de processos, distribuídos, julgados e pendentes – 2015

Órgão julgador	Distribuição (auto principal)	Distribuição (incidentes)	Julgados	Pendentes de julgamento (auto principal)	Pendentes de julgamento (incidente)
1ª Câmara Cível	505	39	259	2.603	79
2ª Câmara Cível	677	135	684	3.310	143
Total	1182	174	943	5.913	222

Fonte: Pesquisa documental, 2015.

Explicando o quadro 1, no qual a emissão do relatório de distribuição de auto principal se refere às apelações interpostas no processo, totalizando 1.182 processos (p. 101, anexo A), quanto à distribuição de incidentes se dá em relação aos embargos de declaração e agravos, totalizando 174 incidentes (p. 29, anexo C), já os julgados apresentam dados de todos os processos (principal e incidente), totalizando 943 (p. 59, anexo E), todos no exercício de 01/05/2015 à 31/05/2015.

Quanto aos pendentes de julgamento de auto principal os quais seria em classe de apelação 5.913 processos (p. 346, anexo G) e pendentes de julgamento

de incidente que se trata de classe de embargos de declaração e agravos apresentados no ano de 2015, totalizam 222 incidentes (p. 16, anexo H). Cabe esclarecer que os pendentes de julgamento não abrangem tão somente o mês de maio de 2015, mas todos que estão pendentes desde o início do ano de 2015 até a data de referência de 31/05/15.

Em análise aos números, a quantidade de distribuídos e processos pendentes se dá mais a título de complementação de informações, já em relação aos julgados, este tem relação direta com objetivo da investigação de decisões judiciais que abordem a nulidades dos pronunciamentos judiciais, contudo, não houve embargos de declaração, apelação ou agravos que tivessem como conteúdo decisório o artigo 489, §1º do NCPC.

Sendo que os processos e incidentes distribuídos no período de 01/04/2015 à 30/04/2015, teve 1 embargo de declaração que não foi conhecido diante da ausência de interesse recursal da parte, 4 foram providos e 14 improvidos. Quanto as apelações, 2 ficaram prejudicadas devido homologação de acordo, 1 foi provida e 1 improvida. No que diz respeito aos agravos 1 não foi conhecido, uma vez que foi interposto fora do prazo, sendo considerado intempestivo, 1 foi provido e 19 improvidos.

Embora o novo código no intervalo de tempo da amostra exposta no parágrafo anterior ainda não estivesse em vigência, não foi constatado em nenhum julgado anulando por decisão que tivesse como justificativa a falta de fundamentação, mesmo que por motivos ou hipóteses alheias ao artigo 489, §1º do NCPC.

Quanto ao período de 01/05/2015 à 30/05/2015, 1 embargo de declaração não foi conhecido, pois era intempestivo, 1 provido e 14 improvidos. Em sede de apelação, 1 teve perda do objeto, devido homologação de acordo. Já os agravos, 3 não foram conhecidos devidos serem intempestivos, 3 providos e 22 improvidos.

Nesse período amostral também não foi constatado nenhum julgado anulando decisão por falta de fundamentação, frise-se, mesmo que por motivos ou hipóteses alheias ao artigo 489, §1º do NCPC.

Depreende-se que do total de 88 processos (embargos de declaração, apelação e agravos), juntando os dados de abril e maio de 2015, 3 processos obtiveram transações, 5 processos não foram conhecidos por serem intempestivos e

1 não conhecido por ausência de interesse recursal, 10 foram providos e 70 foram improvidos.

Em percentual os números indicados no parágrafo anterior, correspondem ao seguinte resultado expostos no quadro abaixo:

Quadro 2
Percentual dos resultados dos recursos – 2015

RESULTADO	EXERCÍCIO: MÊS 04 E 05 DE 2015
TRANSAÇÕES	3,40%
NÃO CONHECIDOS	6,81%
PROVIDOS	11,36%
IMPROVIDOS	79,54%

Fonte: Pesquisa documental, 2015.

O quadro 2 demonstra que o grau de reforma das decisões judiciais é baixíssimo. Ressalta-se que nenhum destes processos apresentou como argumento a nulidade das decisões judiciais por falta de fundamentação se utilizando de similaridade das hipóteses do artigo 489, §1º do NCPC ou por outros motivos para tal fato. Apresentando estes recursos mais como uma forma de expor o inconformismo da decisão e a busca pela rediscussão da matéria já decidida.

Apresentados os dados referentes ao ano de 2015, agora passemos aos dados do período de 01/05/2016 à 31/05/2016:

Quadro 3
Quantidade de processos, distribuídos, julgados e pendentes – 2016

Órgão julgador	Distribuição (auto principal)	Distribuição (incidentes)	Julgados	Pendentes de julgamento (auto principal e incidente)
1ª Câmara Cível	227	42	331	8.689
2ª Câmara Cível	298	49	396	6.891
Total	525	91	727	15.580

Fonte: Pesquisa documental, 2016.

O quadro 3 apresenta o total das duas câmaras cíveis em 525 apelações distribuídas (p. 56, anexo B), 91 embargos de declarações e agravos distribuídos (p. 19, anexo D), 727 processos (principal e incidente) julgados (p. 44, anexo F) e 15.580 processos (principal e incidente) pendentes de julgamento desde o ano 2013 até a data de referência 31/05/2016 (p. 789, anexo I).

Dessa relação, no que se refere ao período 01/04/2016 à 30/04/2016, 2 embargos de declaração foram providos e 15 improvidos. Já apelação, 1 não foi conhecida por ser intempestiva, 7 providas e 6 improvidas. Os agravos, 1 não conhecido pelo motivo de intempestividade, 1 provido e 3 improvidos.

Já no período de 01/05/2016 à 31/05/2016, os embargos de declaração 2 foram providos e 6 não providos. Quanto apelações, 2 prejudicadas pela homologação de acordo e 2 improvidas. Nesse exercício não houve interposição de agravos.

Dos 48 processos e incidentes julgados no mês de abril e maio de 2016, em 2 foram realizados transações, 2 não conhecidos, 12 providos e 28 foram improvidos, sendo que duas dessas decisões não foram providas, porque não foi reconhecido defeito na sentença por falta de fundamentação .

Posto em percentual os números indicados no parágrafo anterior, correspondem ao seguinte resultado:

Quadro 4
Percentual dos resultados dos recursos – 2016

RESULTADO	EXERCÍCIO: MÊS 04 E 05 DE 2016
TRANSAÇÕES	4,16%
NÃO CONHECIDOS	4,16%
PROVIDOS	25%
IMPROVIDOS	66,66%

Fonte: Pesquisa documental, 2016.

O quadro 4 demonstra que o grau de reforma das decisões é sempre menor do que o improvimento dos recursos. Assim sendo, pode-se subter que as decisões judiciais proferidas em primeiro grau não possuem em boa parte motivos passíveis de serem corrigidas.

Vale esclarecer que mesmo nos casos em que é possível a reforma da decisão, não se quer dizer que a decisão discutida esteja errada ou contendo algum

vício de fundamentação, mas pode ser que diante de novos cenários práticos do dia-a-dia, mudança de costumes e novos entendimento consolidados pelos tribunais sobre determinadas matérias, pode ocorrer de estas questões fáticas influenciarem e gerarem mudanças nas decisões.

Uma das decisões que teve apontamento do artigo 489, §1º do NCPC foi proferida nos embargos de declaração em apelação do processo nº 0039229-73.2008.8.22.0009, tendo como ementa:

Embargos de declaração. Obscuridade. Não configuração. Rediscussão de matéria. Efeitos infringentes. Impossibilidade. Prequestionamento.

A via estreita dos embargos de declaração não é compatível com o objetivo de rediscutir a matéria já analisada pela decisão judicial, sendo que os paradigmas nela sustentados somente podem ser desconstituídos por outra via recursal.

Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscita para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados (p. 761 (número digital), anexo J, 2016).

Os embargos de declaração traziam como pressuposto para reforma do acórdão em apelação a alegação de omissão por não apresentar o motivo da extinção da ação, expondo a embargante estar presentes as condições da ação.

Entretanto, em leitura ao acórdão da apelação ficam claros os motivos pelos quais a ação foi extinta, fato que se deu por não ter sido comprovado em ação ordinária os direitos que por ventura amparassem o autor, consequentemente não existindo necessidade do prosseguimento do procedimento cautelar, uma vez que este depende daquele, conforme expressa o artigo 796 do CPC/73.

Em que pese na peça de embargos de declaração a embargante não ter feito uso do argumento com base no artigo 489, § 1º do NCPC, vejamos o que foi explanada em determinado trecho da decisão:

É forçoso concluir, portanto, que não é imprescindível que o acórdão mencione expressamente os dispositivos de lei pertinentes, desde que haja o enfrentamento implícito da matéria com a exteriorização clara dos argumentos de convicção sedimentado, inclusive, em precedentes de jurisprudência, afastando-se assim, o alegado descompasso com o §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil (sic, p. 764 e 765, 2016, anexo J).

Embora a decisão dos embargos de declaração mencione acima não ser prescindível a menção de dispositivo legal, depreende-se do acórdão a indicação da norma legal em que foi fundamentada a decisão e também incluindo julgados do

próprio tribunal. Além disso, o voto afirma que não existe a ofensa indicada no artigo 489.

Ademais, apesar de expressar no trecho supracitado afastamento do alegado descompasso com o artigo 489 do NCPC, a peça de defesa em momento algum faz alusão explícita a este dispositivo, nem mesmo a apelação, a qual foi interposta ainda na vigência do código de processo civil de 1973.

Outra decisão que faz menção ao dispositivo 489, §1º NCPC é a que foi proferida também em sede de embargos de declaração em apelação nos autos de nº 0020334-78.2014.8.22.0001, o qual detém com ementa:

Embargos de declaração. Vícios do artigo 1.022 do NCPC. Ausência. Rejeição do recurso. Exibição de documentos. Requerimento administrativo ausente. Prova da recusa inexistente. Ausência de interesse de agir. Não estando configurada omissão, contradição ou obscuridade, ou, ainda, erro material, conforme estabelece o artigo 1.022 do NCPC, os embargos devem ser julgados improcedentes. Nas ações de exibição de documentos é necessária a demonstração do autor de ter requerido a obtenção dos documentos administrativamente e concomitantemente apresentar o comprovante de pagamento da taxa de serviço eventualmente exigida, de modo que a ausência desses requisitos configura inexistência do interesse de agir (p. 117 (número digital), anexo M).

Os embargos de declaração não foram providos com o fundamento de não ter sido apontada a omissão alegada pela parte embargante e ausência de fundamentos novos para reforma. Na peça de defesa os pontos apresentados como motivo para reforma da decisão é o fato de ter sido utilizado em sede de acórdão às mesmas razões descritas na decisão monocrática agrava, indo ao encontro com que preceitua o inciso III, do parágrafo §1º do artigo 489 do NCPC, o qual dispõe:

§1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
(...)
III – invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
IV – não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
(...) ⁹⁴

Expondo o embargante que o fato de se utilizar de fundamento já ensejado em outra decisão é motivo para anulação, além da mera reprodução de decisão

94 BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015, artigo 489, parágrafo §1º. – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2016.

prolatada anteriormente indicar que “os julgadores não promoveram o enfrentamento dos argumentos, teses, pleitos e discussões lançadas pelo embargante no seu agravo interno, configurando a hipótese IV do §1º do artigo 489 do NCPC (p. 111 (número digital), anexo N)”.

Alegando que o fato de não ter ocorrido o enfrentamento dos argumentos trazidos pelo embargante é razão que enseja omissão passível de embargos, de acordo com o artigo 1.022, parágrafo único, inciso II, do NCPC.

Com relação à reprodução de fundamentação já levantada em outra decisão, Leonard Ziesemer bem menciona José Carlos Barbosa Moreira e Vallisney de Souza Oliveira, respectivamente, ao expor que:

(...) “não raro, a motivação reduz-se à enumeração de precedentes: o tribunal dispensa-se de analisar as regras legais e os princípios jurídicos pertinentes [...] e substitui o seu próprio raciocínio pelo mera invocação de julgados anteriores”. No entanto e muito pelo contrário, a decisão com base em outras decisões precisa apresentar uma justificação autônoma, própria do caso concreto, pois o raciocínio do julgador anterior não soluciona questões futuras. **Assim, se houve mera referência e não transcrição dos argumentos, nula será a decisão**⁹⁵.

Há necessidade de apontamento dos elos que correlacionam à decisão citada com a decisão que está sendo fundamentada para que não fiquem dúvidas sobre em que base está sendo sedimentado o pronunciamento decisório. Por isto, é importante a identificação das semelhanças e diferenças existente entre as duas situações, ligando os pontos de fato e mérito postos em questionamento.

Quanto à decisão dos embargos, não foram julgados procedentes pelo seguinte entendimento do relator:

Ora, como bem dito pela embargante, sabe-se que os embargos declaratórios, conforme previsão do artigo mencionado, são cabíveis somente para o fim de suprir omissão, obscuridade, contradição porventura verificadas no julgado ou, ainda, corrigir erro material, não tendo, portanto, o condão de rediscutir os aspectos de direito material da lide, de debater o contexto fático-probatório dos autos ou mesmo de modificar a decisão embargada.

Vejo que a embargante, na verdade, busca uma mera rediscussão do julgado, por não concordar com os seus fundamentos, mas, sob a alegação de que esse está eivado de omissão ou nulidade.

Não há se falar em nulidade, pois o acórdão foi proferido de acordo com as razões trazidas no agravo interno. Na ocasião, a então agravante não trouxe nenhum fundamento novo capaz de modificar a decisão monocrática que agravou.

⁹⁵ SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais: a crise na construção de respostas no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 326. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

Note-se que o mesmo ocorre neste recurso. A embargante afirma existir omissão no acórdão, contudo não traz especificamente que omissão seria essa. Tenho que alegar genericamente que o acórdão é omissão não é suficiente para modifica-lo, notadamente porque a questão foi debatida à saciedade e a conclusão adotada por esta Câmara está em pleno acordo com **a Corte Superior no sentido de que configura-se necessária a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável e o pagamento do custo do serviço para justificar a ação de exibição de documentos** (p. 120 (número digital), 2016, anexo M, grifo nosso).

Note-se que, a ausência de comprovação fática dos supostos direitos alegada teve maior peso para o improvimento do recurso, bem como a falta de indicação em que ponto ocorreu à suposta omissão da decisão. Não ficando demonstrado erros ou vícios nas respectivas decisões mencionadas acima.

Apenas como forma de melhor elucidar a matéria de fundamentações das decisões judiciais, podemos citar como caso prático de falta de fundamentação a decisão proferida pelo juiz Benício Mascarenhas Neto de Salvador, ao expressar que:

[..] **no meu entender**, a situação dos embargantes está muito mal explicada, pois admite ter elaborado um contrato de gravata de um imóvel financiado, sem autorização do embargado, **soa-me estranho**, uma hipoteca ser baixada, sem conhecimento do credor, portanto, entendo ser necessário maior esclarecimento sobre esse fato, o que até o momento, não tenho, não existe qualquer motivo para que não seja procedida a penhora on-line, não existe informação segura que esteja sendo realizada em proventos de aposentadoria e/ou salário, se futuramente, tudo ficar devidamente esclarecido, e ficar constatado qualquer excesso na penhora, determinarei que seja entregue ao embargado, apenas o valor correspondente ao seu crédito, devolvendo o restante aos executados, como deve se.⁹⁶

Notem que o magistrado em tal decisão, se deixou levar por convicções pessoais, não demonstrando com provas e fatos por quais motivos realizou a conduta judicial. Faltando, conforme expressa Nayara Martinazzo o motivo pelo qual se decidiu:

Entende-se por motivo, portanto, como um dado objetivo, ou seja, **um elemento de fundamentação que dá azo ao raciocínio lógico-jurídico do agente e não àquilo que suscita a vontade do sujeito, isto é, a sua intenção**. Vale dizer, motivo não se confunde com móvel, com aquilo que

96 LANDIN NETO, José Cícero. **Falta de fundamentação, derruba decisão do juiz Benício Mascarenhas Neto de Salvador**. Publicado em: 4 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.direitolegal.org/destaque/falta-de-fundamentacao-derruba-decisao-do-juiz-benicio-mascarenhas-neto-de-salvador/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

atua na preconcepção do sujeito, na sua vontade, nas suas representações subjetivas (grifo nosso)⁹⁷.

A respectiva decisão deixa subentendido que por ora decide de tal forma, porque suas razões pessoais e vontade, assim o direcionam para realizar a medida judicial, podendo posteriormente voltar atrás caso se convença do contrário, contudo, se faz indispensável frisar que esse tipo de conduta pode acarretar insegurança jurídica nas decisões judiciais, sendo necessária a reforma dessa decisão para que maiores prejuízos não sejam causados aos litigantes que ficam a mercê da forma como o magistrado conduz e decide o processo.

Isto sim, representando um erro na decisão e não nas situações expostas anteriormente a este caso, nos julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Porto Velho / RO sobre os quais se percebe que os embargos tiveram como principal objetivo rediscutir matéria já decida, demonstrando inconformismo com o que foi decido, não existindo amparo legal para reforma ou cassação da decisão.

Além disso, a alegação de prequestionamento para possíveis recursos especial e extraordinário, não prosperaram por ter sido verificado nos respectivos casos o transitado em julgado em 29 de junho de 2016 e 20 de junho de 2016, concluindo-se que eles não tinham respaldo legal para tentar uma reforma ou anulação das decisões.

97 MARTINAZZO, Nayara. **O Novo Código de Processo Civil: o resgate da garantia constitucional de fundamentação decisória**. Publicado em: 06 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9500/O-Novo-Codigo-de-Processo-Civil-o-resgate-da-garantia-constitucional-de-fundamentacao-decisoria>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

CONCLUSÃO

Primeiramente, vale expor que o novo código encontra-se mais organizado, apresentando os assuntos de forma mais detalhada em suas nuances, com fim de facilitar a participação, compreensão e exercício de todos os envolvidos no processo, diretamente (litigantes) ou indiretamente (servidores e sociedade), para ajudar na solução dos conflitos.

No que tange o dever de fundamentar previsto no artigo 489, §1º do NCPC, este não representa necessariamente que as decisões judiciais devem ser longas e exaustivamente motivadas, até mesmo, porque a constituição preceitua em seu artigo 93, IX uma apresentação “mínima” de conteúdo motivador.

Assim sendo, inexistindo necessidade de extensa exposição de argumentos jurídicos, mas sim, apresentação clara e concisa dos requisitos, elementos e motivos levantados para conclusão do caso concreto.

Depreende-se da análise do artigo 489, §1º do NCPC e pesquisa documental com base nos processos encontrados nos relatórios do mês de abril e maio de 2015 e 2016, que as características das fundamentações de decisões judiciais antes e depois do NCPC não modificaram os parâmetros adotados para realizar os pronunciamentos decisórios, logo é possível observar que o NCPC não mudou a forma como os magistrados estão fundamentando suas decisões, pois já seguiam os parâmetros exigidos pelo novo códex, sendo este apenas uma forma de reforçar o que já vinha sendo praticado pelos magistrados do Estado de Rondônia.

É o que se pode perceber inclusive nos números da pesquisa documental, a partir dos quais se pode constatar que apenas duas decisões judiciais distribuídas e julgadas no mês de abril de 2016 fizeram menção ao artigo 489, §1º do NCP, sendo elas ainda improvidas diante da falta de argumentos novos que pudessem ocasionar a reforma da decisão.

Pela amostra do período de estudo, pode-se aferir que dos 88 processos e incidentes julgados nos meses de abril e maio de 2015, 70 foram improcedentes, tendo somente 10 sido providos, os demais se enquadram na perda do objeto por homologação de transações, falta de interesse recursa e intempestividade.

Já no exercício de abril e maio de 2016, dos 48 processos e incidentes julgados, 28 foram improvidos e 10 providos, restando os outros não conhecidos devido homologação de acordo e intempestividade.

Disso infere-se que o índice de anulação de decisões por falta de fundamentação, dentro da amostra de pesquisa, é zero tanto antes quanto depois da entrada em vigência do novo código de processo civil, frisa-se que essa conclusão se deu sobre o período amostral proposto no estudo, para conclusões maiores seria necessário uma amostra temporal de maior volume.

Ademais, cabe ressaltar a possibilidade de não ter havido anulações por falta de fundamentação, justamente, por terem os magistrados adotado postura mais cuidadosa na hora de decidir, em decorrência de obediência as premissas básicas estabelecidas no novo código de processo civil.

Assim sendo, apesar do alvoroço que se instalou logo após a aprovação do referido dispositivo, pode-se perceber em números que não ocasionou complicações na fundamentação das decisões, sendo apenas mais um meio de tentar trazer para a atividade jurisdicional decisões melhores fundamentadas e consequentemente mais efetivas.

Desse modo, compreende-se que as inovações trazidas pelo artigo 489, §1, do NCPC são formas de tentar combater os riscos e vícios de decisões judiciais, que por ventura apresente falta de fundamentação ou deficiência de fundamentação.

O dispositivo busca construir premissas básicas sobre as quais as decisões devem ser fundamentadas, sempre ligando os textos normativos com o caso em concreto, na tentativa de trazer a tona, de forma transparente, a motivação do posicionamento jurisdicional e a conexão com a realidade.

Ademais, vale esclarecer que a inovação do artigo 489, §1º do NCPC não gerará efeitos sem uma nova adequação de posicionamento cultural e comportamental de todos os envolvidos no processo na forma de expor o direito para sociedade, pois conforme se pode depreender das decisões estudadas dentro da amostra de pesquisa, não houve mudança na forma de se fundamentar as decisões do ano de 2015 para o ano de 2016 (quando o NCPC entrou em vigor), mesmo sem se deparar com situações que pudessem ser entendidas como erros ou vícios.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Amazonas. **EDcl no MS 21.315-DF**, Relatora Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região) – órgão julgador: 1ª Seção do STJ, julgado em 8/6/2016 (Info 5850). Disponível em: <<http://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/399710046/embargos-de-declaracao-ed-42807020168040000-am-0004280-7020168040000>> . Acesso em 23 mar. 2017.

BRASIL. **Código de Processo Civil – Lei 13.105**, de 16 de março de 2015 – DOU de 17 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1104184/RS - Recurso Especial 2008/0247671-6**, Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho - Órgão Julgador: S1-Primeira Seção, Data do Julgamento: 29/02/2012, Data da Publicação: DJE 08/03/2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21349772/recurso-especial-resp-1104184-rs-2008-0247671-6-stj/inteiro-teor-21349773?ref=juris-tabs>>. Acesso em 16 mar. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral na Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 791.292 Pernambuco**. DJe nº 149, divulgação 12/08/2010, publicado em 13/08/2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613496>>. Acesso em 10 mar. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Processo: REsp 215170 CE 1999/0043981-3**, Orgão julgador: T3 – terceira turma, Relator(a): Ministra Nancy Andrighi, Data de publicação - DJe: 24/11/2010, Julgamento: 16/11/2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documntos/417046389/andamento-do-processo-n-0013016-1720168170000-do-dia-22-12-2016-do-djpe?ref=topic_feed>. Acesso em 12 mar. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Processo: REsp 1204850 RS 2010/0139162-2**, Orgão Julgador: T2 – segunda turma, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, Data de publicação - DJe: 08/10/2010, Julgamento: 21/09/2010. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16797360/recurso-especial-resp-1204850-rs-2010-0139162-2>>. Acesso em 12 mar. 2017.

_____. **Código de Processo Civil – Lei 5.869**, de 11 de janeiro de 1973 – DOU de 17 de janeiro de 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L5869.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995** – DOU de 27 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004** - Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**: inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva, 2015.

CÂMARA. Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

CIBERDUVIDAS da **Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-expressao-francesa-tout-court/21034>> Acesso em: 22 jun. 2016.

CRAMER. Ronaldo. Coordenação CABRAL, Antônio do Passo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CONHECENDO o **Tribunal de Justiça de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.tjro.us.br/menu-institucional-conhecendo-tj>>. Acesso em 15 abr. 2016.

DIAS DE SOUZA, Marcelo Alves. **Novo CPC (IV): sentenças x decisões**. Tribuna do norte, 12 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/novo-cpc-iv-sentena-as-x-decisoes/310904>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/infirmar/>>. Acesso em: 21/04/2017.

ENUNCIADOS. **Fórum Nacional de Juizados Especiais**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/corregedoriacnj/redescobrimos-juizados-especiais/enunciados-fonaje/enunciados-civeis>>. Acesso em: 12 jan.2017.

FARIZEL, Davi. **Overruling e distinguishing no Processo Civil**. Disponível em: <<https://davifm.jusbrasil.com.br/artigos/238330375/overruling-e-distinguishing-no-processo-civil>>. Acesso em: 23/04/2017.

JURISreferência TM. **STJ já começa a aplicar multa por embargos de declaração manifestamente protelatórios com fundamento no artigo 1.026, §2º do CPC/2015**. Disponível em: . Acesso em 07 nov. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LANDIN NETO, José Cícero. **Falta de fundamentação, derruba decisão do juiz Benício Mascarenhas Neto de Salvador**. Publicado em: 4 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.direitolegal.org/destaque/falta-de-fundamentação-derruba-decisão-do-juiz-benicio-mascarenhas-neto-de-salvador/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARTINAZZO, Nayara. **O Novo Código de Processo Civil: o resgate da garantia constitucional de fundamentação decisória**. Publicado em: 06 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9500/O-Novo-Codigo-de-Processo-Civil-o-resgate-da-garantia-constitucional-de-fundamentacao-decisoria>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Direito processual civil moderno [livro eletrônico]**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. 5,04 Mb; PDF.

_____. **“processo-modelo” deve ser utilizado apenas para casos idênticos, e não para casos “pseudo-repetitivos”**. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://josemiguelmedina.jusbrasil.com.br/artigos/121934182/processo-modelo-deve-ser-utilizado-apenas-para-casos-identicos-e-nao-para-casos-pseudo-repetitivos>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de direito processual**. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004. NUNES, Dierle; SILVA, Natanael Lud Santos e. **CPC Referenciado – Lei 13.105/2015**. 1ª ed. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

OLIANI, José Alexandre Manzano. **Sentença no novo CPC**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

OLIVEIRA, Guilherme Arruda de. **A demora na entrega da prestação jurisdicional e a responsabilidade do Estado**. Publicado em: 01 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1706/A-demora-na-entrega-da-prestação-jurisdicional-e-a-responsabilidade-do-Estado>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

ORTEGA, Flávia Teixeira. **STJ decide: No NCPC, o juiz não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pelas partes**. Jusbrasil, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/374187646/stj-decide-no-ncpc-o-juiz-nao-esta-obrigado-a-responder-todas-as-questoes-suscitadas-pelas-partes?>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RIBEIRO DE ARAÚJO, Isaac Newton. **A interpretação do direito**. No corpo, na alma e no coração, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. **Processo nº 0007871-98.2010.822.0501** – Relatora: Marialva Henrique Daldegan Bueno – Porto Velho, 04 jul. 2012. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?cid=1>>. Acesso em 20 mar. 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. **Processo: 0016621-66.2012.8.22.0001**, 2ª Câmara Cível, Relator: Des Isaias Fonseca Moraes, Data de julgamento: 08/02/2017. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br/juris/consulta/detalhesJuris.jsf?cid=1>>. Acesso em: 23 mar. 2017

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. **Fundamentação das decisões judiciais**: a crise na construção de respostas no processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. – (Coleção Liebman / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier, Eduardo Talamini).

STRECK, Lênio Luiz. Senso incomum. Dilema de dois juízes diante do fim do Livre Convencimento do NCPC. **Revista Consultor Jurídico**, 19 de março de 2015, 8h00. Disponível em: <>. Acesso em: 08 abr. 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**. Vol. 1. 56 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

APÊNDICE



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA

Roteiro para levantamento da pesquisa documental

ALUNA: Beatriz Souza Silva

A pesquisa será feita com base nas informações adquiridas nas câmaras cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, para levantar dados estatísticos de quantos processos foram anulados por falta de fundamentação e por quais motivos, sendo coletada amostra mensal de abril e maio de 2015 e abril e maio de 2016, para que se possa fazer análise comparativa do aumento ou diminuição das nulidades após a vigência do novo CPC.

Além disso, será feito o levantamento de dados de quantos embargos de declaração sobre sentenças são julgados procedes, com recorte de tempo nos meses já mencionados no parágrafo anterior.

Para que essa análise seja realizada se faz necessário levantar as seguintes informações:

1. Quantos processos havia na câmara cível nos meses de abril e maio de 2015 e abril e maio de 2016?
2. Quantos processos nos meses acima foram julgados?
3. Quantos processos foram julgados procedentes nesses meses?
4. Quantos foram julgados improcedentes nos meses já mencionados?
5. Quantos processos foram anulados por falta de fundamentação e por quais motivos nos referidos meses acima? Quais foram esses processos?
6. Qual é o percentual de reformas e anulações de sentenças?
7. Quantos embargos de declaração sobre sentenças são julgados procedes, nos meses já mencionados anteriormente? Quais foram esses processos?

Obs.: caso a câmara tenha outras informações que julgue ser relevante para contribuição da pesquisa documentais desse trabalho, por gentileza, fornecê-los.

Na hipótese de não existirem dados nos meses solicitados, favor, apresentar dados que correspondam aos meses anterior e posterior da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.

01 de setembro de 2016, Porto Velho – RO.

Relação de anexos disponíveis em arquivos digitais

ANEXO A – SDSG – Distribuídos, exercício de maio 2015;

ANEXO B – SDSG – Distribuídos, exercício de maio 2016;

ANEXO C – SDSG – Distribuídos incidentes, exercício de maio 2015;

ANEXO D – SDSG – Distribuídos incidentes, exercício de maio 2016;

ANEXO E – SDSG – Processos julgados - principal e incidentes, exercício de maio 2015;

ANEXO F – SDSG - Processos julgados - principal e incidentes, exercício de maio 2016;

ANEXO G – SDSG – Processos pendentes de julgamento (principal), exercício maio 2015;

ANEXO H – SDSG - Processos pendentes de julgamento (incidente), exercício maio 2015;

ANEXO I - SDSG – Processos pendentes de julgamento (principal e incidente), exercício maio 2016;

ANEXO J – Decisão dos embargos de declaração em apelação, processo nº 0039229-73.2008.8.22.0009;

ANEXO K - Peça dos embargos de declaração em apelação, processo nº 0039229-73.2008.8.22.0009;

ANEXO L – Acórdão – apelação do processo nº 0039229-73.2008.8.22.0009;

ANEXO M – Decisão dos embargos de declaração em apelação, processo nº 0020334-78.2014.8.22.0001;

ANEXO N – Peça dos embargos de declaração em apelação, processo nº 0020334-78.2014.8.22.0001;

ANEXO O – Acórdão – Apelação no processo nº 0020334-78.2014.8.22.0001.